

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

GABRIELLE STÉPHANY NASCIMENTO SGARBI

**SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL FRENTE AS CONDIÇÕES DE
TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL SUPERVISOR (A) DE CAMPO E OS
SEUS REBATIMENTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO (A)
ESTAGIÁRIO(A)**

FRANCA

2018

GABRIELLE STÉPHANY NASCIMENTO SGARBI

**SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL FRENTE AS CONDIÇÕES DE
TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL SUPERVISOR (A) DE CAMPO E OS
SEUS REBATIMENTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO (A)
ESTAGIÁRIO(A)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Mundo de trabalho e Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Piana

FRANCA

2018

Sgarbi, Gabrielle Stéphanly Nascimento.

Supervisão de estágio em Serviço Social frente as condições de trabalho do (a) assistente social supervisor (a) de campo e os seus rebatimentos na formação profissional do (a) estagiário (a) / Gabrielle Stéphanly Nascimento Sgarbi. – Franca : [s.n.], 2018.

112 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Maria Cristina Piana.

1. Serviço social - Orientação profissional. 2. Programas de estágio. 3. Assistentes sociais. I. Título.

CDD – 361.007

GABRIELLE STÉPHANY NASCIMENTO SGARBI

**SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL FRENTE AS CONDIÇÕES DE
TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL SUPERVISOR (A) DE CAMPO E OS
SEUS REBATIMENTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO (A)
ESTAGIÁRIO(A)**

**Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como pré-requisito
para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração:
Mundo do trabalho e Serviço Social.**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Profa. Dra. Maria Cristina Piana

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca/SP, ____ de maio de 2018.

A todos (as) que lutam por uma formação e atuação profissional coerente e de qualidade! À categoria de Serviço Social!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por fazer-se presente todos os dias da minha vida, conduzir minhas escolhas e me amparar diante das dificuldades.

Agradeço também a minha família, em especial a minha mãe Angela, que sempre me incentiva e apoia as minhas escolhas. Todo o meu reconhecimento e amor.

Ao meu noivo Eduardo, que sonha e vive junto comigo todas as conquistas e desafios pessoais e profissionais, agradeço todo apoio e amor despendidos.

À minha orientadora, Professora Maria Cristina Piana, uma pessoa que tenho imenso apreço, sinônimo de inteligência e dedicação. Encarou com entusiasmo navegar por novas águas, apoiou-me durante todo o processo de desenvolvimento da dissertação e esteve sempre disponível.

À Professora Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, mulher que admiro muito, guerreira, dedicada e inteligente! Pessoa ímpar que desde a graduação vem contribuindo de forma significativa no meu processo de formação profissional com sua ampla bagagem teórica, sua simpatia e empatia. Tenho uma imensa gratidão por todos os momentos que dividimos!

À Professora Maria José de Oliveira Lima, sou muito grata a Deus por propiciar que uma pessoa de coração tão puro e tão competente estivesse presente em minha caminhada acadêmica e profissional, agradeço por todos os momentos que dividimos no decorrer da graduação e da pós-graduação.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS), por propiciar momentos de reflexão e construção de conhecimentos acerca da formação profissional e do estágio supervisionado.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa Prática de Pesquisa: perspectivas contemporâneas (PRAPES), pelas relevantes reflexões e pela troca de conhecimentos.

Às minhas amigas queridas Mariana Costa, Mariane Costa, Laís Vila Verde Teixeira, Tatiane Campos, Josiane Bontadini e Gabriela Braga, companheiras de pós-graduação, de risadas e de carinho!

As participantes da pesquisa, agradeço a disponibilidade e atenção, a contribuição de vocês foi primordial para desvelar o real da supervisão de estágio e das condições de trabalho do (a) assistente social.

À CAPES, todo o meu reconhecimento da relevância do auxílio financeiro, proporcionando que eu me dedicasse a pesquisa.

A todos (as) os (as) funcionários (as) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

O momento em que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários. Marilda Iamamoto

SGARBI, Gabrielle Stéphanly Nascimento Sgarbi. **Supervisão de estágio em Serviço Social frente as condições de trabalho do (a) assistente social supervisor (a) de campo e os seus rebatimentos na formação profissional do (a) estagiário (a)**. 2018. 112f Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

RESUMO

A pesquisa buscou analisar as condições de trabalho do (a) assistente social supervisor (a) de campo e os seus rebatimentos no desenvolvimento da supervisão de campo e na formação profissional do (a) estagiário (a). O primeiro capítulo apresentou a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, objetivando propiciar que o leitor compreenda o caminho trilhado, o método, o universo, os sujeitos, as etapas, e os instrumentais utilizados. O segundo capítulo versou acerca do trabalho na sociedade capitalista, as condições de trabalho do(a) assistente social na contemporaneidade e as transformações societárias que condicionam o mundo do trabalho. O terceiro capítulo possui o intuito de compreender o processo de formação profissional do(a) assistente social na contemporaneidade, concomitantemente, buscou apresentar os dados apreendidos por meio de entrevistas realizadas com os(as) supervisores(as) de campo de estágio vinculadas ao NESS, da FCHS, apresentando a concepção de estágio pela óptica dos(as) supervisores(as), como ocorre a supervisão, as condições de trabalho do(a) assistente social e seus rebatimentos na formação e futura atuação profissional do(a) estagiário(a). O estudo baseou-se no método do materialismo histórico dialético, com abordagem qualitativa; utilizou-se a pesquisa bibliográfica para fundamentar o conhecimento teórico e embasar a análise dos dados, e a pesquisa de campo com vistas a aproximar a pesquisadora da realidade social estudada. Os resultados mostram que as condições de trabalho influem diretamente no desenvolvimento e na qualidade da atuação profissional, na supervisão de campo e na formação profissional do discente, inclusive determinando o início da aproximação do estagiário com a atuação do assistente social, podendo atribuir experiências significativas ou fragilizadas para o mesmo, contudo, por meio das categorias empíricas alguns elementos mostraram-se determinantes nesse processo, tais como: a formação continuada, a horizontalidade e o compromisso dos(as) supervisores(as) com a profissão, com a formação e com a futura atuação profissional do(a) estagiário(a).

Palavras-chave: supervisão de estágio em Serviço Social. formação profissional. condições de trabalho do supervisor de campo.

SGARBI. Gabrielle Stéphany Nascimento. **Supervision of traineeship in Social Work and the working conditions of the social assistant supervisor of the field and its refutations in the professional formation of the trainee.** 2018. 112f. Dissertation (Master in Social Work) - Faculty of Human and Social Sciences, Paulista State University "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2018.

ABSTRACT

The research sought to analyze the working conditions of the field social worker and their repercussions in the development of the field supervision and the trainee's professional training. The first chapter presented the methodology used to develop the research, aiming to enable the reader to understand the path, the method, the universe, the subjects, the stages, and the instruments used. The second chapter dealt with work in capitalist society, the working conditions of the social worker in contemporary times, and the societal transformations that condition the world of work. The third chapter aims to understand the process of professional training of the social worker in the contemporary world, concurrently sought to present the data seized through interviews with the supervisors of the field of training linked to the NESS (FCHS), presenting the trainees' conception through the optics of the supervisors, such as supervision, the social worker's working conditions and their refutation in the trainee's future training and professional performance (The). The study was based on the method of dialectical historical materialism with a qualitative approach; the bibliographical research was used to base the theoretical knowledge and to base the data analysis, and the field research with a view to bring the researcher closer to the social reality studied. The results show that working conditions directly influence the development and quality of the work, the field supervision and the professional training of the student, including determining the beginning of the trainee's approach to the work of the social worker, being able to attribute significant or weak experiences However, through the empirical categories, some elements have proved to be determinant in this process, such as: continuing education, horizontality and the supervisors' commitment to the profession, to the training and to the future professional performance of the trainee.

Keywords: Supervision of Internship in Social Work. Professional qualification. Working Conditions of the Field Supervisor.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de projetos de extensão da FCHS 2017.	31
Gráfico 2 - Área de atuação dos (as) supervisores (as) de campo vinculados ao NESS 2015.....	39
Gráfico 3 - Área de atuação dos (as) supervisores (as) de campo vinculados ao NESS 2017.....	40
Gráfico 4 - Faixa etária das supervisoras de campo.....	43
Gráfico 5 - Formação profissional continuada das supervisoras de campo	44
Gráfico 6 - Quantidade de estagiários (as) supervisionados (as) por cada profissional.....	45
Gráfico 7 - Quantidade de supervisoras de campo que participam de atividades relacionadas ao processo de estágio.....	45
Gráfico 8 - Período em que as participantes da pesquisa atuam na área	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Supervisores (as) de campo vinculados (as) ao NESS em cada município 2015	37
Quadro 2 - Supervisores (as) de campo vinculados ao NESS em cada município 2017	38
Quadro 3 - Quantidade de estagiários por supervisor de campo 2017	41
Quadro 4 - Número de supervisoras que cursaram a graduação em Serviço Social em uma instituição de natureza	43

LISTA DE SIGLAS

ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNPL	Conselho Nacional dos Profissionais Liberais
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
EAD	Ensino a Distância
FCHS	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
NESS	Núcleo de Estágio Supervisionado em Serviço Social
PETSS	Programa de Educação Tutorial em Serviço Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNE	Política Nacional de Estágio em Serviço Social
ICENE	Instituto de Ciências Exatas, Naturais e Educação
ICS	Instituto de Ciências da Saúde
ICTE	Instituto de Ciências Tecnológicas e Exatas
IELACHS	Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Cursos
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

NOTAS INTRODUTÓRIAS	14
CAPÍTULO 1 CAMINHOS PERCORRIDOS: ASPECTOS METODOLÓGICOS	19
1.1 Caracterização do cenário e do universo da pesquisa	28
1.2 Análise do perfil das supervisoras de campo de estágio participantes da pesquisa	42
CAPÍTULO 2 TRABALHO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL	48
2.1 A categoria trabalho na sociedade capitalista.....	49
2.2 Condições de trabalho do(a) assistente social na contemporaneidade	57
CAPÍTULO 3 O SIGNIFICADO DO PROCESSO DE SUPERVISÃO DE CAMPO DE ESTÁGIO PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL FRENTE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO PRECARIZADAS	67
3.1 Formação profissional e estágio supervisionado em Serviço Social.....	68
3.2 O estágio supervisionado na ótica das supervisoras de campo	78
3.2.1 <i>Estágio</i>	78
3.2.2 <i>Supervisão de campo de estágio</i>	80
3.2.3 <i>Condições de trabalho do(a) assistente social</i>	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS.....	94
APÊNDICES	
APÊNDICE A – CONTATO COM SUPERVISORAS DE CAMPO.....	101
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO.....	102
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS SUPERVISORAS DE CAMPO.....	104

ANEXOS

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	106
ANEXO B – TERMO DE COMPROMISSO LIVRE E ESCLARECIDO.....	109
ANEXO C – DECLARAÇÃO INSTITUCIONAL PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA.....	110
ANEXO D – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO NESS PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA.....	111

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Esta pesquisa tem por objetivo compreender como ocorre a supervisão de campo no processo de formação profissional de uma força de trabalho especializada frente às condições de trabalho precarizadas na contemporaneidade.

Dessa forma, torna-se necessário ressaltar o debate acerca da formação profissional em Serviço Social, do processo de estágio supervisionado e do trabalho do assistente social.

Ademais, o estágio supervisionado em Serviço Social é uma atividade de ensino e aprendizagem, sendo considerado um componente fundamental da formação profissional, pois faz parte da carga horária e da grade curricular do curso, nesse sentido, sua realização é necessária para a conclusão do curso de graduação.

O processo de estágio envolve sujeitos partícipes, são eles: o estagiário que é discente do curso de Serviço Social, o supervisor acadêmico que é o assistente social no exercício da docência em uma Unidade de Formação Acadêmica (UFA), e o supervisor de campo que é o assistente social que atua em uma instituição de natureza pública ou privada.

O estágio é desenvolvido no ambiente de trabalho do assistente social supervisor de campo, destarte, a referida atividade vincula o ensino e a prática profissional. Um aspecto que chama a atenção é que as condições de trabalho do assistente social rebatem diretamente no desenvolvimento do estágio e, por conseguinte na formação profissional de uma força de trabalho especializada e em sua futura atuação profissional.

O processo de supervisão de estágio ascende um campo de reflexões e debates atrelados à formação e ao exercício profissional, entre eles: a questão da educação superior e sua relação intrínseca com o mundo do trabalho; aspectos da luta por uma outra ordem societária e a ofensiva neoliberal; e sobretudo, os elementos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social. (CAPUTI, 2016, p. 391)

Diante dessa realidade, para realizar tal reflexão, o estudo almeja dialogar acerca do que é trabalho na sociedade capitalista e as condições de trabalho do assistente social na contemporaneidade, esta última está presente no cotidiano dos assistentes sociais supervisores de campo de estágio, refletindo diretamente no desenvolvimento do estágio e conseqüentemente na formação profissional do discente.

Salienta-se que o interesse por pesquisas no meio acadêmico, mais especificamente, acerca da temática formação profissional e estágio supervisionado em Serviço Social, está presente desde o início da graduação em Serviço Social em 2012, totalizando 06 anos ininterruptos de estudos, pesquisas e reflexões acerca da temática, que evidencia a presente autora como uma pesquisadora consolidada acerca da temática estágio supervisionado em Serviço Social.

É integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS), da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Franca/SP.

O GEFORMSS é constituído por um espaço coletivo, com a participação de discentes de graduação e pós-graduação, docentes e assistentes sociais, que discutem temas acerca da formação e atuação profissional e compartilham experiências vivenciadas em seu cotidiano profissional. A participação no grupo propiciou momentos riquíssimos de troca e aquisição de conhecimentos, além de contribuir para a compreensão, análise, reflexão e debates acerca da profissão.

O tema concernente ao estágio supervisionado, formação e atuação profissional fez-se presente durante toda a graduação da pesquisadora, por meio do desenvolvimento de dois projetos de pesquisa, intitulados: “Formação Profissional em Serviço Social: o estado das artes do estágio supervisionado” e “Formação profissional em Serviço Social e o seu reatamento no exercício da profissão”, desenvolvidos nos anos de 2013 a 2015, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A participação e desenvolvimento dos projetos incitaram o pensamento crítico e científico da pesquisadora, além da apreensão de práticas e métodos de pesquisa para a construção de conhecimentos.

Devido à interação entre o projeto de pesquisa e a participação no GEFORMSS, tornou-se possível presenciar as reflexões e debates da categoria no que tange ao estágio, à formação e à atuação profissional por meio da participação em diversos eventos científicos, elaboração de artigos científicos, publicações acadêmicas, troca e aquisição de conhecimentos, contribuindo significativamente para a formação profissional.

Outro aspecto relevante foi o estágio supervisionado, realizado na Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI)¹. O estágio foi um momento de suma importância para a formação profissional da pesquisadora, por meio do qual se tornou possível compreender as mediações presentes na atuação profissional do assistente social e, concomitantemente, despertar novas inquietações, com ênfase na supervisão de campo.

Diante das experiências vivenciadas no curso de graduação, dos estudos, da participação em eventos, estágio, reflexões e questionamentos, a pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) abordou o tema do estágio supervisionado e foi intitulada “Formação Profissional em Serviço Social: adentrando o universo do estágio supervisionado”.

As vivências da pesquisadora desde a graduação instigaram o desenvolvimento da presente pesquisa de mestrado acadêmico, visto que é de extrema relevância no que tange a formação e o trabalho profissional do assistente social.

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, a fundamentação teórica e metodológica foi baseada no método do materialismo histórico dialético, foi utilizada a pesquisa bibliográfica para fundamentar o conhecimento teórico e embasar a análise dos dados, e a pesquisa de campo com vistas a aproximar a pesquisadora da realidade social estudada.

A dissertação está organizada em três capítulos, o primeiro capítulo foi intitulado de “Caminhos percorridos: aspectos metodológicos”, apresentando a metodologia utilizada, pois os procedimentos metodológicos são essenciais, por meio deles o leitor pode compreender o caminho trilhado, o método, o universo, os sujeitos, as etapas da pesquisa e os instrumentais utilizados.

O segundo capítulo “Trabalho profissional em tempos de crise do capital”, buscou compreender o que é trabalho na sociedade capitalista, o processo de reestruturação do capital e as transformações societárias que condicionam o trabalho do assistente social.

Para esta reflexão foi realizada uma análise teórica acerca da temática trabalho. Nesse sentido, delimitaram-se autores como Karl Marx, José Paulo Netto,

¹ A UNATI emergiu no Brasil na década de 1990, a primeira unidade foi instituída na cidade de Campinas por meio da Pontifícia Universidade Católica. Já a UNATI da UNESP Franca, foi criada em 1993. A UNATI oferece cursos e oficinas socioeducativas a pessoas idosas, objetivando a aquisição e ampliação de conhecimentos, estimulando à convivência social e a compreensão dos direitos sociais, por meio de um trabalho que visa a autonomia e o envelhecimento ativo.

Ricardo Antunes, Giovanni Alves, Marilda Vilela Iamamoto e Yolanda Guerra, com o intuito de compreender o que é trabalho, uma vez que esses autores discutem a temática e possuem relevantes contribuições para a pesquisa.

A partir dessa contextualização, foi abordado o trabalho do assistente social na contemporaneidade, brevemente as conquistas da categoria em seu percurso histórico, os entraves presentes no cotidiano profissional e, em especial, a realidade do assistente social enquanto supervisor de campo de estágio e trabalhador.

Para tal análise, utilizaremos diversas obras de autores que abordam a temática estágio supervisionado, como Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, Leslie Caputi e Yolanda Guerra.

O terceiro capítulo intitulado “O trabalho do (a) assistente social enquanto supervisor (a) de campo”, possui o intuito de compreender o processo de formação profissional do assistente social na contemporaneidade. Concomitantemente, busca apresentar os dados coletados por meio das entrevistas realizadas com as supervisoras de campo de estágio vinculadas ao Núcleo de Estágio em Serviço Social (NESS), da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), objetivando compreender e analisar a concepção de estágio pela óptica das supervisoras de campo, como ocorre a supervisão e as condições de trabalho na atualidade, e seus rebatimentos na formação e futura atuação profissional do estagiário.

Ademais, a pesquisa buscou ampliar os horizontes, avançar na discussão acerca das condições de trabalho em que a supervisão de estágio é desenvolvida, evidenciando-se os limites e as possibilidades presentes no cotidiano do assistente social e, conseqüentemente seus rebatimentos na formação profissional de uma mão de obra especializada que está inserida em uma sociabilidade permeada por disputas de poder e desigualdades sociais.

CAPÍTULO 1 CAMINHOS PERCORRIDOS: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esse capítulo possui o intuito de apresentar a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, e propiciar que o leitor compreenda o caminho trilhado, o método, o universo, os sujeitos, as etapas, e os instrumentais utilizados.

De acordo com Andrade (2007, p. 12), “Tornar a pesquisa um processo de trabalho significa ampliar o conhecimento dos documentos já publicados e/ou da realidade. A pesquisa constitui-se na construção de um novo conhecimento.”

O processo de pesquisa caracteriza-se pela inserção do pesquisador na realidade social concreta, em um processo de desconstrução e construção de conhecimentos, com o objetivo de criar respostas às inquietações do pesquisador acerca da realidade pesquisada. O mesmo possui temáticas que lhe interessam e estas são oriundas de experiências presentes em sua trajetória pessoal, acadêmica e profissional. Nesse sentido, para a autora Bourguignon (2006, p. 41)

O processo de pesquisa exige do pesquisador domínio de fundamentos teóricos, de um método de construção de conhecimento, de procedimentos metodológicos coerentes com o objeto de investigação e o exercício da criatividade – qualidade necessária à elaboração de respostas inovadoras às problemáticas de pesquisa.

A pesquisa é de natureza qualitativa, pois, essa modalidade trabalha com “[...] o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.” (MINAYO, 2014, p. 21).

A pesquisa qualitativa busca apreender a realidade social concreta, reconhecendo as contradições presentes na sociedade e objetivando a apreensão da totalidade.

Outra característica da pesquisa qualitativa é que o pesquisador tem a possibilidade de criar tanto técnica quanto metodologicamente, procedimentos mais adequados à captação de seu objeto de pesquisa, bem como produzir sua teoria a partir da composição entre o teórico e a coleção de materiais empíricos obtidos pelo uso de entrevistas, coleta de depoimentos, observações sistemáticas apuradas dos momentos problemáticos, mas rotineiros no cotidiano dos sujeitos pesquisados. (LEHFELD, 2004, p. 20).

A fundamentação teórica e metodológica pauta-se no método do materialismo histórico dialético. Segundo Paulo Netto (2011, p. 42)

Marx distingue claramente o que é da ordem da realidade, do objeto, do que é da ordem do pensamento (o conhecimento operado pelo sujeito): começa-se “pelo real e pelo concreto”, que aparecem como dados; pela análise, um e outro elementos são abstraídos e, progressivamente, com o avanço da análise, chega-se a conceitos, a abstrações que remetem determinações mais simples. Este foi o caminho ou, se quiser, o método.

Para Minayo (2011, p. 24), “A dialética trabalha com as contradições intrínsecas às ações e realizações humanas, e com o movimento perene entre parte e todo e interioridade e exterioridade dos fenômenos.”

Ademais, o objeto de estudo foi as condições de trabalho do (a) assistente social supervisor (a) de campo e os seus rebatimentos na formação profissional do (a) estagiário (a). Ressalta-se que:

O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável – é apreender a essência, ou seja, a estrutura e a dinâmica do objeto. (PAULO NETTO, 2011, p. 22).

O objetivo geral da presente pesquisa foi investigar e analisar como ocorre o cotidiano da supervisão de campo de estágio frente à precarização das condições de trabalho, tais como: vasta demanda de serviço para poucos profissionais contratados, baixos salários, dupla jornada de trabalho, contratos temporários, cobranças exacerbadas para a realização de atividades rotineiras e burocráticas que não prezam por uma reflexão crítica, entre outras.

A pesquisa buscou refletir se essas condições de trabalho precarizadas interferem no desenvolvimento do estágio supervisionado. Pois, o assistente social ao assumir o compromisso de tornar-se supervisor de campo está assumindo também um compromisso ético e político com a profissão, e este lhe exigirá cooperação, paciência e dedicação.

Ademais, torna-se necessário superar a ideia de que o estagiário é um ajudante para realizar tarefas burocráticas do dia a dia, tarefas que o(a) assistente social não queira ou não possa realizar, e compreender que o estágio é um processo de ensino e aprendizagem, no qual o estudante, o supervisor de campo e o supervisor acadêmico são sujeitos partícipes desse processo, devendo agir com compromisso e responsabilidade no desenvolvimento de suas respectivas atribuições.

Os objetivos específicos da pesquisa foram refletir acerca do processo de alienação que pode ser ocasionado pelo cotidiano profissional. Ressalta-se que um aspecto preocupante é quando o(a) assistente social pressupõe e atua como se houvesse uma dicotomia entre a teoria e prática profissional, desse modo, não busca ter uma formação profissional continuada e, por vezes age baseado no senso comum. Contudo, a teoria deve embasar teoricamente o agir profissional, propiciando fundamentos teóricos e metodológicos.

E desvelar a produção de conhecimento da categoria acerca da supervisão de campo de estágio e das condições de trabalho do(a) assistente social. Para alcançar esse objetivo foi realizado um levantamento de livros, dissertações e teses que abordam a temática.

A problematização da pesquisa apresentou-se por meio da seguinte indagação: as condições de trabalho do(a) assistente social supervisor de campo, tais como: baixos salários, dupla jornada de trabalho, contratos temporários, cobranças para realização de atividade burocráticas que não prezam por uma reflexão crítica interferem no desenvolvimento do estágio supervisionado?

Tem-se a seguinte hipótese: O estágio é um componente da formação profissional, uma atividade de ensino e aprendizagem, porém, o contexto neoliberal ao qual estamos inseridos, impõe desafios no cotidiano do exercício profissional do(a) assistente social. Diante dessa realidade, compreende-se que o estágio contribui para que o supervisor realize um processo de reflexão crítica acerca da realidade na qual se encontra, aproxime-se dos fóruns de discussão na Universidade e da formação permanente, como formas de resistência e enfrentamento dessa realidade.

Salienta-se que investigar as condições de trabalho do(a) assistente social enquanto supervisor de campo requer um olhar crítico da totalidade. “[...] a realidade concreta só é alcançada quando compreendida para além de sua aparência.” (KOSIK, 1989, p. 120).

Para Marx (2013, p. 939), “[...] a distinção entre aparência e essência é primordial; com efeito, toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação, a aparência, e a essência das coisas coincidissem imediatamente.”

No decorrer desse estudo foram selecionados procedimentos metodológicos com intuito de compreender a temática e a realidade, conforme aponta a reflexão de Minayo (2014, p. 26)

A pesquisa passa por três fases, sendo elas: a fase exploratória, na qual ocorre o amadurecimento do objeto de estudo e se delimita o problema de investigação; a fase de coleta de dados, em que se recolhem informações que respondam ao problema; e a fase de análise de dados, na qual se faz o tratamento, por interpretações e inferências das informações obtidas. Utilizou-se então dessas fases no decorrer da pesquisa.

Desse modo, buscando o desenvolvimento coerente com o objeto de estudo, a presente pesquisa foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e de campo.

A pesquisa bibliográfica coloca frente a frente os desejos do pesquisador e os autores envolvidos em seu horizonte de interesse. Esse esforço em discutir ideias e pressupostos tem como lugar privilegiado de levantamento em bibliotecas e arquivos. Trata-se de um confronto de natureza teórica que não ocorre diretamente entre o pesquisador e os autores sociais que estão vivenciando uma realidade peculiar dentro de um contexto histórico-social. (MINAYO, 2014, p. 53).

A pesquisa bibliográfica fundamentou o conhecimento teórico e embasou a análise dos dados. Foi realizado um levantamento bibliográfico de livros, artigos, teses e legislações² vigentes que abordam a temática, com o intuito de investigar as principais questões que fomentam o debate acerca do processo de supervisão de campo de estágio, das condições de trabalho do(a) assistente social, enquanto supervisor de campo e seus rebatimentos na formação profissional do estagiário.

Para tal fundamentação, foram analisadas diversas obras de autores que abordam a temática supervisão de estágio e a temática do trabalho, tais como: Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira (2009), Lesliane Caputi (2014), Marilda Villela Iamamoto (2012), Yolanda Guerra e Braga (2009), Karl Marx (2013), José Paulo Netto (2011), Ricardo Antunes (2015) dentre outros.

O recorte temporal da pesquisa bibliográfica foi a década de 1990, pois nesse período intensificou-se o avanço do ideário neoliberal no Brasil e, a criação e implementação das Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social³ com intuito de agregar mais qualidade para a formação profissional.

² Segundo Iamamoto (2008, p. 224) “A legislação profissional representa uma defesa da autonomia profissional, porque codifica princípios e valores éticos, competências e atribuições, além de conhecimentos essenciais, que têm força de lei, sendo judicialmente reclamáveis.”

³ As diretrizes curriculares foram aprovadas em 1996 pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e implantadas entre os anos de 2001 e 2002. Em todas as unidades de ensino de Serviço Social do Brasil, elas foram criadas com intuito de alterar os currículos mínimos e agregar mais qualidade para a formação profissional. As diretrizes curriculares contribuíram para o debate e reflexão acerca da relevância do estágio supervisionado em Serviço Social, evidenciando que a referida atividade compõe a carga horária do curso e integra o currículo. Para mais informações consultar a Revista Temporalis nº 17, 2009.

Ademais, a teoria é, para Paulo Netto (2011, p. 21), “[...] o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – é o real reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento).”

Foi realizada a pesquisa de campo com vistas a aproximar a pesquisadora da realidade social estudada. “Concebemos o campo de pesquisa como o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação.” (MINAYO, 2014, p. 40).

O universo da pesquisa foram os campos de estágio vinculados ao Núcleo de Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Serviço Social (NESS) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS). Os sujeitos participantes foram os assistentes sociais inseridos nos espaços sócio-ocupacionais vinculados ao NESS e que supervisionam discentes do 3º e 4º anos do curso de Serviço Social da FCHS.

No ano de 2017 objetivando o desenvolvimento da pesquisa, a presidente do NESS forneceu uma planilha com dados referentes ao ano de 2017 contendo o nome dos discentes matriculados no 3º e 4º anos do curso de Serviço Social, o nome, o telefone e o endereço da instituição campo de estágio, o nome, o e-mail e o número do registro no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) do (a) supervisor (a) de campo e do (a) supervisor (a) acadêmica.

Vale destacar que no decorrer do ano de 2017 esses dados não estavam disponíveis no site da Unesp campus Franca, porém no ano de 2018 estão disponíveis e somente não apresentam o nome dos discentes.

Os dados referentes ao ano de 2016⁴ não foram disponibilizados oficialmente pelo NESS e não constam no site da UNESP Franca, pois em 2016 estes dados estavam sendo formulados, contudo, eles compõem a elaboração dos

⁴ Ressalta-se que em 2016 o NESS passou por uma reorganização acerca do processo de Supervisão Acadêmica do Curso de Serviço Social da FCHS. Segundo a Proposta de reestruturação curricular para o curso de Serviço Social (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2015, p. 44) “Temos a considerar que o supervisor acadêmico é o responsável pela aula (enquanto síntese de método, conteúdo, sujeitos, contexto e intencionalidade), além de todo o processo de Supervisão Sistemática, a qual compreende a integração entre campos de estágio e Unidade de Formação Acadêmica. O Curso contará com docentes que ministraram aulas no conjunto de disciplinas – Processo Educativo em Serviço Social (perfazendo um total de 120 hs para cada grupo e cada turno, distribuídas nos 2º, 3º e 4º anos). Também se responsabilizarão pela execução da Política de Estágio do Curso de Serviço Social, realizando as atividades pertinentes ao Núcleo de Estágio, como o trabalho de acompanhamento dos alunos e a integração do Curso de Serviço Social com os campos de estágio.”

dados referentes a 2017. Já os dados referentes ao ano de 2015, estavam disponíveis no site da UNESP campus Franca até o ano de 2017.

O recorte temporal da pesquisa de campo foi de 2015 a 2017, pois a pesquisadora analisou os dados oficiais do NESS referentes a este período. Ressalta-se que no ano de 2017 ocorreu a aplicação do questionário semiestruturado e a realização das entrevistas com as supervisoras de campo por se tratar do período mais recente para a obtenção dos dados empíricos, a fim de conhecer a implantação da nova grade curricular do Curso de Serviço Social da FCHS.

Ademais, de acordo os dados oficiais de 2017, o NESS possui 78 supervisores de campo vinculados. Nesse sentido, para apreensão dos dados empíricos a pesquisadora enviou, por *e-mail*, convites⁵ aos (as) 78 supervisores (as) de campo para participarem da pesquisa, contendo informações acerca de sua metodologia e relevância.

Foi enviado juntamente com o convite, um questionário semiestruturado⁶ – elaborado pela pesquisadora, contendo perguntas abertas e fechadas, com intuito de identificar o perfil dos supervisores de campo.

Para a realização da análise dos questionários e seleção dos participantes para participar da próxima fase da pesquisa de campo, a entrevista, foram estabelecidos os seguintes critérios: assistentes sociais com tempo de exercício profissional igual ou superior a três anos; tempo como supervisor de campo igual ou superior a 02 anos, esses períodos foram delimitados, pois espera-se que o (a) profissional adquira experiência prática no decorrer de sua atuação profissional enquanto assistente social e supervisor (a) de campo; graduação realizada em modalidade presencial em instituições públicas ou privadas, interesse, aceitabilidade e disponibilidade.

Posteriormente, foi realizada a entrevista, ressalta-se que, para a realização da pesquisa de campo foi criado um cronograma com etapas e prazos a serem seguidos pela pesquisadora e pelos participantes, buscando desenvolver a mesma de forma organizada de acordo com os prazos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da FCHS.

⁵ O convite enviado para as supervisoras encontra-se disponível no Apêndice A.

⁶ O questionário semiestruturado encontra-se no Apêndice B.

No dia 07 de novembro de 2017 os (as) 78 assistentes sociais vinculados (as) ao NESS, receberam um e-mail enviado pela pesquisadora, contendo o convite para participar da pesquisa e o questionário semiestruturado, treze supervisores (as) responderam o questionário, este foi o primeiro contato.

Diante do grande número de supervisores (as) vinculados (as) ao NESS, a pesquisadora decidiu reencaminhar o contato convidando-os (as) para participarem da pesquisa, tendo como retorno seis supervisores (as).

Posteriormente, foram analisados os dezenove questionários respondidos pelos (as) supervisores (as). Ademais, por meio dos critérios de escolha dos participantes para participarem da entrevista, já mencionados na pesquisa, foram selecionadas onze supervisoras de campo.

Tem-se que todas as participantes são do sexo feminino, destarte, a partir deste momento serão reportadas no feminino.

No dia 05 de março de 2018 a pesquisadora por meio de contato via *e-mail* convidou as onze participantes selecionadas para participarem da entrevista. Sendo que quatro aceitaram, demonstrando interesse pela temática e disponibilidade.

A entrevista não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. (MINAYO, 2014, p. 57).

Ressalta-se, ainda a reflexão de Marx (1968 apud PAULO NETTO, 2011, p. 25), “O sujeito tem de apoderar-se da matéria em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas”.

A FCHS é referência nesse estudo, portanto, a pesquisadora utilizou seus espaços para a realização das entrevistas. As entrevistas foram realizadas entre os dias 28 de março 2018 a 02 de abril 2018 nos espaços da FCHS, sendo que todas foram gravadas com a devida autorização, para desta forma, conseguirmos a totalidade das falas das mesmas.

Salienta-se que, para análise e tratamento dos dados, houve escuta atenta dos áudios gravados, organização, transcrição, leitura das transcrições e com intuito de assegurar o anonimato dos sujeitos e a confidencialidade das informações

foram atribuídos codinomes para as quatro supervisoras participantes⁷ da entrevista, sendo: Helena, Ana, Joana e Laura.

Para Minayo (2011, p. 27) “O tratamento do material nos conduz a uma busca da lógica peculiar e interna do grupo que estamos analisando, sendo esta a construção fundamental do pesquisador.”

Ademais, foram estabelecidas categorias teóricas definidas de acordo com o objeto de estudo, tais como: supervisão de campo de estágio em Serviço Social, formação profissional e condições de trabalho do(a) assistente social.

Posteriormente, a partir da fala dos participantes e da análise dos dados em sua totalidade, foram identificadas e elaboradas três categorias empíricas, tais como: estágio, supervisão de campo de estágio, condições de trabalho do assistente social.

O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNESP Campus Franca, por meio da Plataforma Brasil.

A pesquisa obedeceu à Resolução nº. 510, de 07 de abril de 2016 (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2016), pois a mesma envolveu seres humanos e todo o trabalho foi embasado pelo Código de Ética do(a) Assistente Social, respeitando-se a confidencialidade das informações, anonimato dos participantes da pesquisa e a apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Segundo Paulo Netto (2011, p. 27) “Para Marx, os pontos de partida são opostos: na investigação, o pesquisador parte de perguntas, questões, na exposição, ele já parte dos resultados que obteve na investigação.”

Como forma de devolutiva dos resultados da pesquisa, será enviada via *e-mail* cópia digitalizada da dissertação ao NESS e às supervisoras de campo de estágio participantes da pesquisa. Além de apresentar à sociedade por meio de publicações acadêmicas, participação em fóruns de discussão acerca da temática e/ou reuniões de supervisores promovidas pelo NESS na universidade.

Para Paulo Netto (2011, p. 26) “Só depois de concluído este trabalho de investigação é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada no plano ideal, a vida da realidade pesquisada.”

⁷ Sendo, Helena (docente, supervisora de campo e acadêmica), Ana (docente e supervisora de campo), Joana (supervisora de campo, atua no setor público), Laura (supervisora de campo atua no Terceiro Setor).

Diante dos resultados alcançados, a pesquisa almeja contribuir com as reflexões acerca da temática supracitada e compreender a supervisão de campo de estágio diante das condições de trabalho do(a) assistente social na contemporaneidade.

1.1 Caracterização do cenário e do universo da pesquisa

O cenário da pesquisa foi a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), Campus Franca da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP).

A UNESP foi fundada em 30 de janeiro de 1976, possui vários câmpus localizados em diversas cidades do Estado de São Paulo e, caracteriza-se por ser uma instituição de ensino superior pública brasileira.

Esta é uma das três universidades públicas do Estado de São Paulo, juntamente com a Universidade de São Paulo (USP) criada em 25 de janeiro de 1934 e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), fundada em 5 de outubro de 1966. A verba que a UNESP recebe para sua manutenção é oriunda do Governo do Estado de São Paulo. (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2012, p. 3).

Salienta-se que a UNESP valoriza e utiliza em sua atuação, a tríade universitária, ou seja, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com intuito de agregar qualidade para a formação profissional dos estudantes, futuros profissionais.

A UNESP oferece 169 opções de cursos de graduação, sendo 51 da área de exatas, 71 de humanidades e 47 de biológicas. Os mais de 35 mil alunos de graduação contam com uma série de estímulos para seu aprimoramento. Cerca de 6 mil alunos têm a possibilidade de atuar em diferentes projetos prestando serviços à comunidade, por meio de projetos de extensão. Também é oferecida a possibilidade de desenvolvimento de projetos de iniciação científica com bolsas fornecidas por agências federais e estaduais. (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2012, p. 2).

A UNESP é uma universidade renomada, considerada uma das mais relevantes do país. Acerca da pós-graduação⁸:

⁸ “A UNESP oferece cursos de pós-graduação stricto sensu que ofertam programas de mestrado e doutorado. A universidade também oferece pós-graduação na modalidade *latu sensu*, que oferece cursos de especialização.” (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2012, p.4). Segundo a Lei nº 9.394/1996 “Art. 44 - Os cursos *latu sensu* devem possuir duração mínima de 360 horas, ao final do curso o aluno obterá certificado e não diploma. Ademais são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino”. (BRASIL, 1996).

Cerca de 12 mil alunos estudam nos mais de 200 cursos de pós-graduação. O objetivo da instituição é formar profissionais capazes de gerar conhecimento e desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e sociocultural em todas as áreas do saber. Ademais, a UNESP possui atualmente, unidades localizadas em 23 cidades do Estado de São Paulo “sendo 21 cidades no interior, uma na capital do Estado, e uma no litoral paulista, no município de São Vicente”. (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2012, p. 3).

Ressalta-se que, uma dessas unidades é a FCHS, a qual oferece os cursos de Direito, História, Serviço Social e Relações Internacionais. “A FCHS possui 90 professores, a maioria com dedicação integral à docência e à pesquisa e cerca de 1.900 alunos de graduação e pós-graduação.” (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2017).

A FCHS está localizada na cidade de Franca, interior do Estado de São Paulo, está acerca de 400km de distância da capital.

A cidade foi fundada em 28 de novembro de 1824 e, é conhecida no Estado por ser a capital do calçado masculino, devido à grande quantidade de fábricas de calçados.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Franca possui atualmente uma população estimada de 347.237 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017).

No ano de 2017, Franca destacou-se no Ranking do Saneamento Básico do Instituto Trata Brasil.

O Estado de São Paulo abriga algumas das cidades com o melhor índice de saneamento básico do país. É o caso de Franca, que tem 100% de água tratada e 100% de tratamento e coleta de esgoto, indicada pela quarta vez consecutiva pelo levantamento da organização Trata Brasil como o município que mais se destaca nesse quesito. A universalização dos serviços de saneamento básico em Franca começou em 1998. Hoje, com 340 mil habitantes, a cidade foi uma das primeiras desse porte no Brasil a atingir a excelência de atendimento em saneamento básico. (TRATA BRASIL, 2018).

Vale ressaltar que a cidade de Franca, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017), “Apresenta 98.5% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 88.2% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 56.7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada”.

Um aspecto relacionado a educação superior que chama a atenção é que o curso de Serviço Social da FCHS é o único curso público de Franca e região. Nesse sentido, evidencia-se sua relevância para o município, para a região e para a

população, em especial para aqueles que são sujeitos participantes dos projetos de extensão e pesquisa desenvolvidos pelos discentes e docentes da universidade.

O Curso de Graduação em Serviço Social, matutino e noturno, foi implantado na Unidade da Unesp em Franca em 1977. Este curso pertence à única Faculdade de Serviço Social pública no Estado de São Paulo e segue as especificidades fundamentadas em diretrizes e normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. [...] Quantidade de formandos do curso de Serviço Social De 1980 a 2015 = 1.917 Bacharéis. (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2016).

A FCHS possui 42 projetos de extensão vinculados aos quatro cursos já mencionados. Segundo informações obtidas por meio do site da UNESP, Campus Franca, esses foram divididos em quatro áreas, sendo: jurídica, saúde, educação e assistência social.

Os projetos são desenvolvidos por docentes, discentes da FCHS e contam com a colaboração de discentes de outras Instituições de Ensino Superior (IES) evidenciando a interdisciplinaridade⁹ dos mesmos.

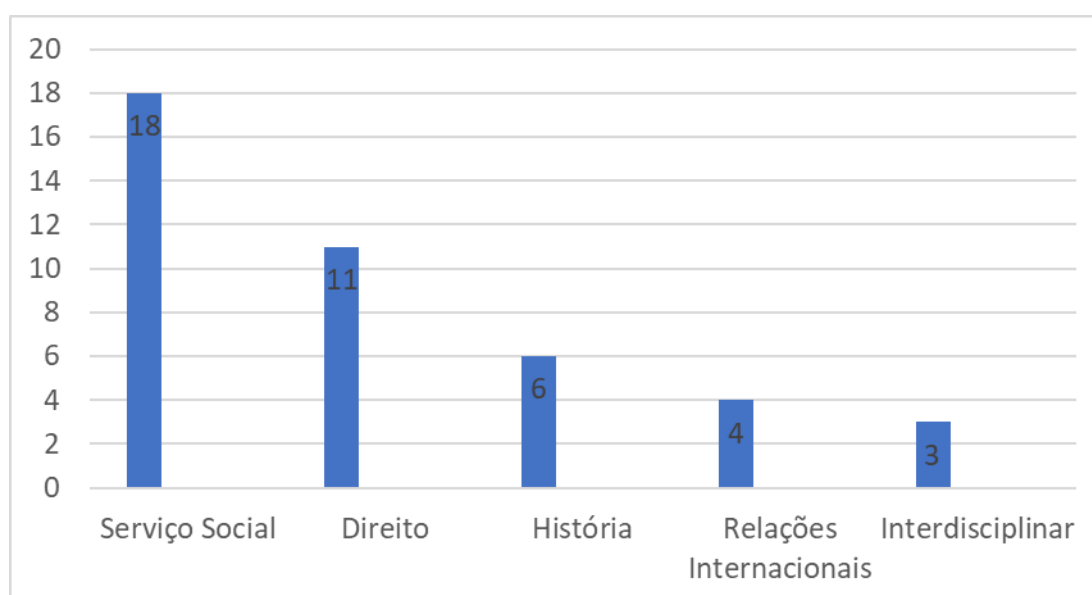
Observa-se que alguns destes projetos de extensão caracterizam-se como campos de estágio. Ademais, são ofertados os seguintes projetos de acordo com informações retiradas do site da UNESP Franca (2017): A comunidade e a universidade. Anexo do Juizado Especial Cível; Arte de ser mulher; Assessoria na Gestão de Organizações Não-Governamentais; A Universidade na comunidade; Universidade Aberta à Terceira Idade; Auxílio-reclusão; Centro Jurídico Social: espaço de formação profissional; Educação do Campo de Jovens; Adultos e Crianças em Assentamentos na Região de Ribeirão; ELO Família-Escola. ENACTUS; Espaços de Cidadania; Trabalho socioeducativo com crianças e adolescentes e suas famílias. Falar de família: é familiar; Formação de agentes adolescentes comunitários em Direitos Humanos – Direito; Educação e Cidadania; Formação dos Coletivos de Educadores; Ambientais para Sociedades Sustentáveis; Fundamentos da cidadania para professores e alunos fundamentais. Gestão escolar e qualidade na educação; Grupo de Incentivo e Apoio à Educação e Cultura. Grupo Cárcere, expressão e liberdade; Grupo de Incentivo à Educação Ambiental; Grupo

⁹ Segundo Martinelli, Rodrigues e Muchail (1995, p. 157) “A perspectiva interdisciplinar não fere a especificidade das profissões e tampouco seus campos de especialidade. Muito pelo contrário, requer a originalidade e a diversidade dos conhecimentos que produzem e sistematizam acerca de determinado objeto, de determinada prática, permitindo a pluralidade de contribuições para compreensões mais consistentes deste mesmo objeto, desta mesma prática.”

de Elaboração de Cenários Prospectivos; Grupo de Estudos e Extensão em Marketing Internacional; Mediação familiar e Encontro de Pais. Núcleo de ação e estudo: Saúde e Arte. Núcleo de ação e estudos; Núcleo de ação e estudos; Núcleo de ação e estudos – Resíduos Sólidos. Núcleo de Cidadania Ativa; Observatório de Política Exterior Brasileira; Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas; Oficina da família: uma análise interdisciplinar sobre a efetivação dos direitos dos idosos; O Necria e o ECA na escola; Orientação Sócio Jurídica Itinerante; O Trabalho do Serviço Social no INSS e a saúde do trabalhador; Ouvindo Histórias: Registro de sons e memória da Música Popular; Política para Jovens. Projeto de Educação Permanente em Saúde com Trabalhadores do SUS; Projeto de Educação Popular com alunos da Escola Estadual Júlio César D’Elia; Projeto de Educação Popular com mulheres atendidas no Centro de Apoio Psicossocial Álcool e Drogas; Serviço de Extensão Universitária dos Alunos da UNESP (Cursinho da UNESP de Franca); Trabalho com Mulheres. Trabalho social com acampamentos e assentamentos rurais na região de Ribeirão Preto (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2017)

O gráfico 1 foi elaborado por meio de dados obtidos no site da UNESP Franca e apresenta o número de projetos de extensão criados e desenvolvidos por docentes e discentes dos cursos de graduação ofertados pela FCHS.

Gráfico 1 – Número de projetos de extensão da FCHS 2017



Fonte: Elaborado por Gabrielle Stéphanly Nascimento Sgarbi, 2017.

O Serviço Social é o curso que mais desenvolve projetos de extensão na FCHS, evidenciando-se o compromisso ético e político de socializar com a comunidade local o conhecimento que é construído na universidade.

Ressalta-se que alguns desses projetos caracterizam-se como campo de estágio de Serviço Social. Conforme preconiza a Política Nacional de Estágio em Serviço Social (PNE)¹⁰

O Estágio em Extensão nos cursos de serviço social historicamente é desenvolvido como estratégia de aproximação da academia com a realidade social, busca-se nessas experiências o aperfeiçoamento de práticas profissionais em campos diversificados, geralmente envolvendo atividades de ensino e pesquisa. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2010, p. 36).

Para o desenvolvimento da atividade supracitada a carga horária do estagiário e do supervisor devem ser respeitadas e os campos de estágio devem fazer parte do projeto pedagógico do curso.

Por meio da análise das entrevistas da presente pesquisa, salienta-se que em alguns casos essa experiência é positiva para a formação profissional. Abaixo, Helena discorre acerca de sua experiência enquanto supervisora de campo em um projeto de extensão.

“Há três anos eu sou supervisora de campo junto a um projeto de extensão, enquanto coordenadora do projeto eu consegui abrir duas vagas de estágio, as atividades desenvolvidas referem-se a gestão e a coordenação do projeto, essas ações são atribuição do assistente social, pois o projeto de extensão acaba caracterizando-se como um projeto social que possui objetivos específicos no que diz respeito a efetivação da cidadania e, entra também a questão do trabalho, da intervenção profissional do assistente social, as estagiárias desenvolvem ações voltadas para a gestão, organização do projeto, ações com os alunos e professores da escola no sentido de possibilitar o acesso e a efetivação de direitos.” (Helena).

Helena considerou que o processo de supervisão de estágio no projeto de extensão a qual está inserida é desenvolvido com compromisso, afincado e em consonância com os princípios do projeto ético-político da profissão, caracterizando-se como uma experiência positiva para os sujeitos envolvidos, a saber: estagiário, supervisor acadêmico e supervisor de campo.

¹⁰ A PNE foi construída coletivamente por meio de debates ocorridos no país, ao todo foram 80 eventos, que contaram com a participação de 175 UFAs e 4.445 participantes, a política foi aprovada em 2010 pela ABEPSS. Ressalta-se que esse processo coletivo de debates demonstra o caráter mobilizador e estratégico da PNE na defesa do projeto de formação profissional e como instrumento de luta contra a precarização do ensino superior (OLIVEIRA, 2009, p. 162).

Considera-se que com a devida supervisão e compromisso da assistente social, no acompanhamento, nas orientações e reflexões acerca das atividades desenvolvidas no campo pelos estagiários, os projetos de extensão podem atribuir experiências positivas para a formação profissional, como a troca de conhecimentos, a compreensão das atividades desenvolvidas no cotidiano profissional do assistente social e a identificação do estagiário com o supervisor de campo e com a profissão, contudo, faz-se necessário enfatizar que isso ocorre somente quando há o devido acompanhamento, a devida supervisão.

Considerando a complexidade dos Campos de Estágio, a intersetorialidade das políticas sociais e a formação generalista, há que se promover e inserir as experiências de estágios dos alunos em todos os espaços e dimensões da academia, tais como: nas disciplinas curriculares, pesquisas e extensão, núcleos temáticos, e não somente no espaço da Supervisão Acadêmica. (OLIVEIRA, 2009, p. 162).

Diante dessa realidade, torna-se relevante ressaltar que o projeto de extensão enfrenta desafios para que o estágio supervisionado seja desenvolvido com qualidade¹¹, tais como: ausência de recurso financeiro e/ou humano e ausência da supervisora de campo para o acompanhamento e orientação no desenvolvimento de atividades.

“Eu era coordenadora de um projeto de extensão e nós decidimos fazer uma experiência abrindo vagas de estágio. Eu e outra profissional supervisionávamos quatro estagiárias e, no final do ano nós fizemos uma avaliação desse processo juntamente com as estagiárias e chegamos a conclusão que não foi um processo positivo, porque era uma supervisão indireta, pois nem sempre a coordenadora vai a campo e era o nosso caso, quem desenvolvia as atividades no campo eram as estagiárias, nós raramente íamos a campo, nossa relação com as estudantes estava muito superficial porque nós não conseguíamos manter uma sistemática do trabalho para a supervisão. Cheguei à conclusão que supervisionando de forma indireta eu não queria mais. Decidimos que o projeto de extensão não iria mais ser campo de estágio”. (Ana).

Segundo Ana, ela não possuía tempo disponível para acompanhar as estagiárias no desenvolvimento das ações no campo, devido as diversas tarefas que desenvolvia enquanto docente. Diante dessa realidade, a mesma avaliou que o processo de estágio poderia atribuir experiências negativas para a formação profissional das discentes, tais como: a falta de identificação do discente com a

¹¹ Para que para que o processo de estágio seja desenvolvido com qualidade é necessário que os sujeitos envolvidos desenvolvam suas respectivas atribuições com afinco, compromisso, coerência e uma postura ética, propositiva, investigativa e interventiva em consonância com os princípios do projeto ético-político da profissão (SGARBI, 2015, p. 52).

supervisora, com as atividades desenvolvidas e com a profissão, experiências que não ocorreram da forma que o estagiário planejou devido a ausência da supervisora, ocasionando frustração para o mesmo e intervenções empobrecidas baseadas no senso comum sem a devida orientação e acompanhamento da assistente social.

Com a ausência de recursos para o desenvolvimento das atividades de extensão e a necessidade de ampliação de vagas de Estágio, algumas UFAs desenvolvem atividades provisórias e precárias, sem a devida estruturação de projetos no âmbito institucional, fragilizando a riqueza e o potencial de experiências significativas de estágios nessa área. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2010, p. 39).

Contudo, as publicações acadêmicas e científicas acerca de projetos de extensão que se caracterizam como campos de estágio em Serviço Social são escassas, este tema é relevante e precisa de mais atenção da categoria profissional, contudo, evidencia-se que muitos desses projetos propiciam experiências empobrecidas aos estagiários, fragilizando a formação profissional devido à ausência da supervisora de campo para orientar, auxiliar e avaliar as ações desenvolvimento pelo estagiário, sem a devida supervisão por vezes estes estudantes podem agir baseados pelo senso comum.

Ademais, este não é o objetivo de estudo, porém faz-se necessário salientar que o papel da universidade ao criar e desenvolver projetos de extensão é colaborar com a qualidade de vida, com o acesso a informação da população e com o desenvolvimento local. Nesse sentido, a vasta quantidade e diversidade de projetos de extensão pode propiciar para a comunidade francana e da região o alcance destes objetivos.

Historicamente a Extensão se legitimou na Universidade como um espaço de interlocução e permanência da relação desta instituição com a sociedade civil (movimentos sociais de base, luta pelos direitos, diversidade cultural, etc), que demanda uma outra postura e compromisso da universidade face aos problemas sociais do seu contexto. (ABREU, 2008, p.8 apud ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2010, p.38).

Outro aspecto relevante é que diversos discentes dos cursos de graduação da FCHS desenvolvem projetos de pesquisa, sendo orientados por um docente da universidade, por meio dos seguintes programas financiados por agências de fomento à pesquisa: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), Fundação de Amparo à Pesquisa

do Estado de São Paulo (FAPESP) e Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP).

Porém, faz-se relevante salientar que devido a discrepância entre a quantidade de discentes e o número de bolsas ofertadas, muitos não têm a oportunidade de vivenciar essa experiência durante o curso de graduação.

Ademais, a FCHS firma convênio com as instituições de campo de estágio para regulamentar as mesmas aos discentes do curso de Serviço Social. Do período de 2001 a 2014, o Regimento Interno do Estágio Curricular da FCHS era organizado por meio da Comissão de Estágio, a mesma era subordinada ao Conselho de Curso de Graduação em Serviço Social.

Na FCHS há uma Comissão de Estágio (regulamentada por uma portaria do Conselho de Curso), formada por quatro docentes-assistentes sociais do Departamento de Serviço Social, sendo uma delas eleita (pelos seus pares) como coordenadora. A referida comissão se renova anualmente. (CAPUTI, 2014, p. 28).

A Comissão de Estágio possui as seguintes competências:

Decidir sobre a abertura e o fechamento de campos de estágio, credenciar supervisores de campo, encaminhar o discente para o campo de estágio, manter a comunicação entre discente, supervisor e setor de estágio, coordenar o desenvolvimento da supervisão acadêmica e promover eventos de caráter formativos para discentes e supervisores. (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2011, p.4).

Salienta-se que a Comissão de Estágio foi reorganizada e substituída, no dia 9 de novembro de 2014, pelo Núcleo de Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Serviço Social (NESS), que passa a ser reconhecido como responsável por todas as ações que envolvem o processo de estágio supervisionado em Serviço Social.

Conforme o Regulamento do NESS: “Art. 12 – O Núcleo de Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Serviço Social substitui a Comissão de Estágio, anteriormente prevista no Art. 1º do Regimento Interno do Estágio Curricular de 16/05/2001.” (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2014, p. 7).

O NESS possui o intuito de organizar e regulamentar o estágio do Curso de Serviço Social por meio de abertura, fechamento e visitas aos campos de estágio, orientações e reuniões com os sujeitos partícipes do estágio supervisionado. “Art. 3º - Promove e coordena a realização do estágio supervisionado dos acadêmicos do Curso de Serviço Social.” (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2014, p. 1).

O universo da pesquisa são os campos de estágio vinculados ao NESS. Segundo o Regimento Interno do Estágio Curricular da FCHS (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2001, p. 2), são denominados campos de estágio

Art. 6º: 1 Organizações privadas, governamentais, não governamentais e movimentos sociais que conta em seu quadro de pessoal com assistente social habilitado às funções de supervisor de campo e que estabeleça convênio com essa faculdade para a realização de estágio supervisionado. 2 Programas, projetos e/ou serviços, na área social, desenvolvidos pela UNESP e supervisionados por professor assistente social ou assistente social habilitado às funções de supervisor de campo.

Em relação a carga horária do discente para realização do estágio supervisionado em Serviço Social, foi utilizado o informativo sobre estágio, disponível nas informações acerca do estágio supervisionado em Serviço Social no site da Unesp Franca

O estágio definido como pré-requisito no projeto pedagógico do curso para aprovação e obtenção do diploma, sob a supervisão de um profissional Assistente Social. Realizado no 3º e 4º ano de Serviço Social com a seguinte carga horária: 3º ano = 255 horas (130hs no 1º semestre e 125hs no 2º semestre). 4º ano = 180 horas (pode ser concentrada no 1º semestre, desde que planejadas em comum acordo com a supervisora de campo no início do ano letivo). (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2017).

Seguindo, ainda, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (2010, p. 29)

A carga horária para o estágio supervisionado curricular obrigatório deve ser de no mínimo 15% das 3.000 horas¹⁵ (CH mínima) do curso de Serviço Social, conforme prevê o parecer nº 8/200716 e a Resolução nº 2 de junho de 2007 do Conselho Nacional de Educação - Câmara de Ensino Superior/ MEC. Segundo as Diretrizes Curriculares, o estágio curricular obrigatório deve ser oferecido em diferentes níveis (totalizando entre 02 e 04 semestres), distribuídos, de forma equilibrada, no decorrer dos últimos anos de integralização do curso.

Ademais, ressalta-se que no ano de 2015 o NESS possuía 67 supervisores de campo vinculados que atuavam em 52 instituições localizadas em 10 municípios. O quadro 1 expressa esses dados.

Quadro 1 – Supervisores (as) de campo vinculados (as) ao NESS em cada município 2015

Município	Supervisores de campo
Franca	47
Ribeirão Preto	6
Patrocínio Paulista	4
Pedregulho	3
Batatais	2
Restinga	1
Guaíra	1
Guará	1
Altinópolis	1
Ituverava	1

O NESS possuía 67 supervisores (as) que atuavam em 52 instituições localizadas em 10 municípios
Fonte: Elaborado por Gabrielle Stéphanly Nascimento Sgarbi, 2016.

Essas informações referentes ao ano de 2015 foram retiradas do site da UNESP Franca. Ademais, ressalta-se que os dados do ano de 2016 não foram disponibilizados oficialmente pelo NESS e nem pelo site da UNESP Franca, pois em 2016 estes dados foram formulados, contudo, eles compõem a elaboração dos dados referentes a 2017.

Após análise tem-se que no ano de 2017, o NESS contava com 78 supervisores (as) de campo vinculados (as) a 64 instituições localizadas em 12 municípios. No quadro 2, mapeou-se os municípios e a quantidade de supervisores (as) de campo. Essas informações foram obtidas por meio da solicitação e do acesso da pesquisadora aos dados oficiais do NESS.

Quadro 2 – Supervisores (as) de campo vinculados ao NESS em cada município 2017

Município	Supervisores de campo
Franca	61
Batatais	03
São Sebastião do Paraíso	03
Patrocínio Paulista	02
Guará	02
Cristais Paulista	01
Sertãozinho	01
Sales de Oliveira	01
Morro Agudo	01
Orlândia	01
Pedregulho	01
Itaú de Minas	01

O NESS possuía 67 supervisores (as) que atuavam em 52 instituições localizadas em 10 municípios

Fonte: Elaborado Gabrielle Stéphanie Nascimento Sgarbi, 2017.

A partir da análise dos quadros 1 e 2, percebe-se que no período de 2015 a 2017 houve um crescimento de 16,42% do número de supervisores de campo, que corresponde a um acréscimo de 11 profissionais, passando de 67 para 78.

Neste período ocorreu um crescimento de 20% referente ao número de municípios vinculados ao NESS, anteriormente eram 10 municípios e atualmente são 12.

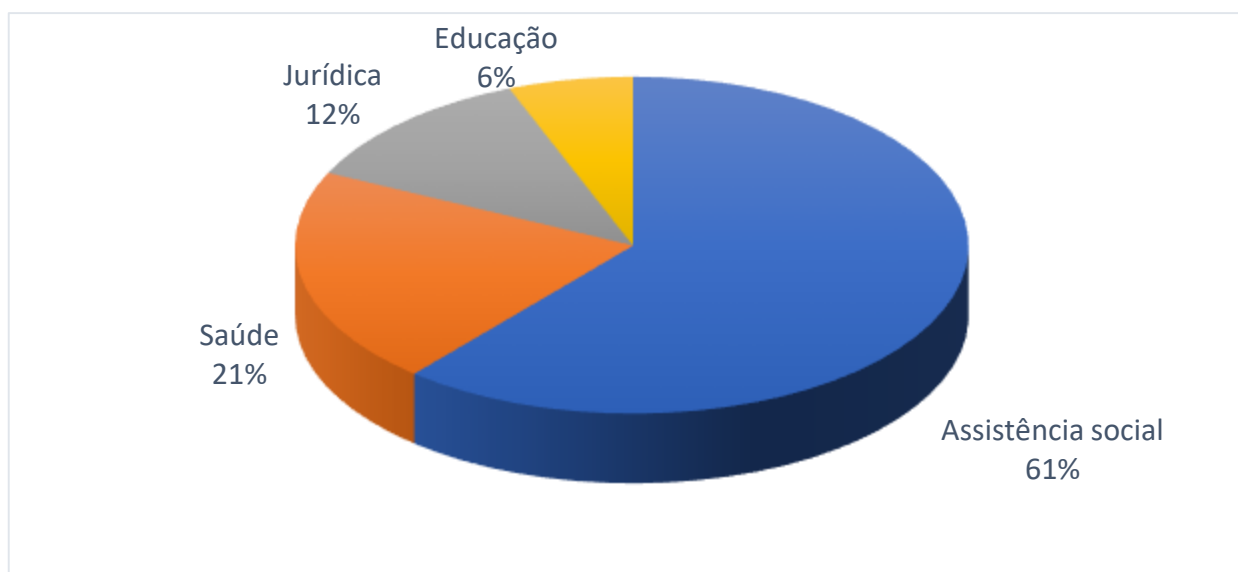
Observa-se que no ano de 2015 o município de Ribeirão Preto possuía 6 supervisoras de campo, porém nos dados de 2017 não consta nenhuma supervisora que atua em uma instituição vinculado ao NESS no município. Esse fato também ocorreu com os municípios de Restinga, Guaíra, Altinópolis e Ituverava, ambos possuíam uma supervisora de campo vinculada no ano de 2015, entretanto esses municípios não constam nos dados de 2017.

Os dados do NESS referentes a 2017 evidenciam novos municípios vinculados ao mesmo, são eles: São Sebastião do Paraíso/MG, Itaú de Minas/MG, Cristais Paulista/SP, Sertãozinho/SP, Sales de Oliveira/SP, Morro Agudo/SP, Orlândia/SP.

Acerca do número de instituições vinculadas ao NESS, percebe-se que de 2015 a 2017 houve um crescimento de 23%.

Segundo informações obtidas por meio do site da UNESP Franca, elencamos a área de atuação dos supervisores de campo vinculados ao NESS no ano de 2015, conforme mostra o gráfico 2.

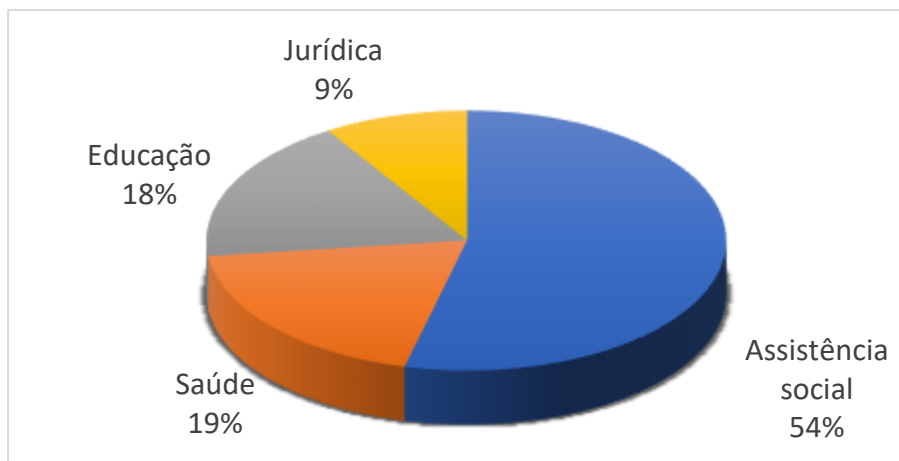
Gráfico 2 – Área de atuação dos (as) supervisores (as) de campo vinculados ao NESS 2015



Fonte: Elaborado por Gabrielle Stéphanhy Nascimento Sgarbi, 2017.

A quantidade de supervisores de campo apresentada no gráfico 2 corresponde a 41 na área da assistência social (61%) do total, 14 (21%) na área da saúde, 8 (12%) na área jurídica e 4 (6%) supervisores na área da educação.

Gráfico 3 – Área de atuação dos (as) supervisores (as) de campo vinculados ao NESS 2017



Fonte: Elaborado por Gabrielle Stéphaney Nascimento Sgarbi, 2017.

O gráfico 3 apresenta informações que foram obtidas por meio de dados oficiais do NESS. Ademais, a quantidade de supervisores que corresponde a porcentagem apresentada na figura é de 42 na área da assistência social, 15 na área da saúde, 14 na área da educação e 7 na área jurídica.

Evidencia-se que do período de 2015 a 2017 a quantidade de supervisores que atuam na área da assistência social e na área da saúde se manteve praticamente a mesma, passando de 41 para 42 na área da assistência social e, de 14 para 15 na área da saúde.

A porcentagem de supervisores que atuam na área jurídica diminuiu nesse período, passando de 8 para 7 e, a área da educação foi a que mais expandiu, passando de 4 supervisores de campo para 14, crescendo 250%.

Salienta-se que até a década de 2000, a área de atuação dos assistentes sociais era majoritariamente a área da saúde. Porém, em 2004 ocorreu a aprovação e implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS)¹², alterando a maior área de atuação dos profissionais, da área da saúde para a área da

¹² A PNAS possui o intuito de “[...] incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. Essa se configura necessariamente na perspectiva socioterritorial, tendo os mais de 5.500 municípios brasileiros como suas referências privilegiadas de análise, pois se trata de uma política pública, cujas intervenções se dão essencialmente nas capilaridades dos territórios.” (BRASIL, 2005, p. 11).

assistência social, essa mudança faz-se presente até hoje, pois a área da assistência social é a que mais emprega os assistentes sociais.

Ademais, para que ocorra o desenvolvimento efetivo do processo de supervisão, torna-se primordial que a assistente social supervisione um número adequado de estagiários (as) em paridade com sua carga horária de trabalho¹³. Nesse sentido, para que a profissional cumpra as atribuições do processo de supervisão, torna-se necessário que a mesma crie uma sistemática de trabalho, organize seu tempo, deixe agendado um período adequado para supervisão e para o acompanhamento das ações desenvolvidas pelos estagiários no campo. Conforme afirma Oliveira (2009, p. 101)

É fundamental que o assistente social supervisor de campo disponha no espaço socioinstitucional, de um conjunto de condições mínimas para o exercício da supervisão, tais como: espaço físico, recursos materiais, concessão de tempo para realização de supervisão e participação nas atividades inerentes à referida prática.

Ademais, a pesquisadora não possui acesso a quantidade de estagiários supervisionados por cada profissional no ano de 2015. Entretanto, no quadro 3 elencou essa quantidade referente ao ano de 2017, essas informações foram analisadas por meio do acesso aos dados oficiais do NESS.

Quadro 3 – Quantidade de estagiários por supervisor de campo 2017

Supervisores	Quantidade de estagiários
46	01
20	02
09	03
03	04

Fonte: Elaborado por Gabrielle Stéphanie Nascimento Sgarbi, 2017.

Ressalta-se que a maioria dos profissionais supervisiona apenas um estagiário, esses correspondem a 59% do total de supervisores de campo, 25%

¹³ Segundo a Resolução nº 533, de 29 de setembro de 2008 “Parágrafo único. A definição do número de estagiários a serem supervisionados deve levar em conta a carga horária do supervisor de campo, as peculiaridades do campo de estágio e a complexidade das atividades profissionais, sendo que o limite máximo não deverá exceder 1 (um) estagiário para cada 10 (dez) horas semanais de trabalho”. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2008).

supervisiona dois estagiários, 11% supervisionam três estagiários e 4% supervisionam 4 estagiários.

Na literatura especializada acerca da temática estágio supervisionado é recorrente o debate acerca da ausência de campos de estágio e infraestrutura adequada nas instituições para receber estagiários e até os próprios profissionais.

Perante a análise dos dados oficiais do NESS, evidenciou-se que o mesmo possui diversas instituições de campo vinculadas, porém, a maioria dos profissionais supervisiona apenas um discente.

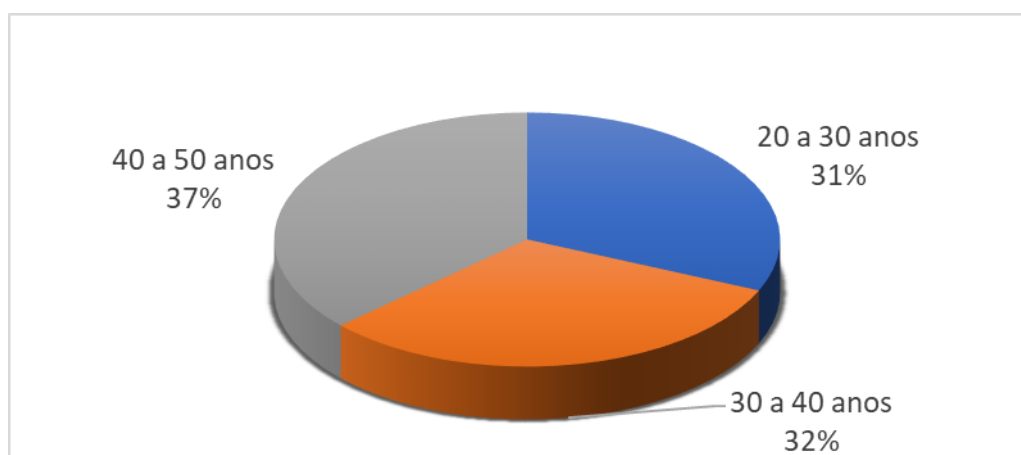
Nesse sentido, refletindo acerca dessa problemática, porque os profissionais supervisionam apenas um discente? Qual é a infraestrutura dessas instituições para receber os estagiários?

As indagações são pertinentes, pois os discentes enfrentam desafios para conseguir uma vaga de estágio, passam por processos competitivos e cansativos para serem selecionados e, em alguns casos não conseguem nenhuma vaga e precisam recorrer ao NESS.

1.2 Análise do perfil das supervisoras de campo de estágio participantes da pesquisa

Conforme mencionado na metodologia da pesquisa, foram analisados dezenove questionários, sendo que inicialmente houve uma devolutiva de treze e posteriormente de seis assistentes sociais, decorrentes da primeira e segunda chamada respectivamente, totalizando dezenove respostas de setenta e oito e-mails enviados, ou seja, 24% do total.

Ademais, ressalta-se que todas as participantes são sexo feminino, destarte, serão reportadas no feminino. No gráfico 4 elencamos a faixa etária das supervisoras de campo, essas informações foram obtidas por meio de dados apreendidos no questionário da pesquisa.

Gráfico 4 – Faixa etária das supervisoras de campo

Fonte: Elaborado por Gabrielle Stéphany Nascimento Sgarbi, 2017.

Segundo a figura seis supervisoras possuem idade entre 20 a 30 anos, seis entre 30 e 40 anos e sete entre 40 e 50 anos.

Acerca do estado civil, 9 são casadas (47,3%), 7 são solteiras (36,8%) e 3 (15,7%) são divorciadas. Ademais, 10 não tiveram filhos (52,6%), 6 supervisoras têm dois filhos totalizando (31,5%) e 3 tem um filho (15,7%).

Quadro 4 – Número de supervisoras que cursaram a graduação em Serviço Social em uma instituição de natureza

Pública	18
Privada	1

Fonte: Elaborado por Gabrielle Stéphany Nascimento Sgarbi, 2017.

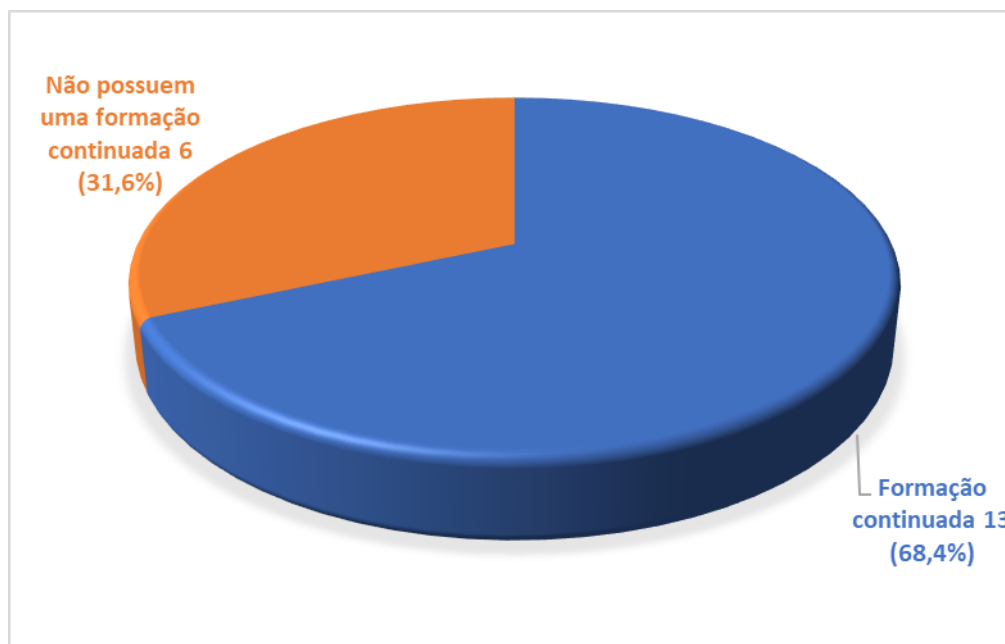
As informações do quadro foram apreendidas no questionário da presente pesquisa. Ressalta-se que apenas uma supervisora (5,3%) concluiu a graduação por meio da modalidade semipresencial¹⁴ em uma faculdade privada e, dezoito (94,7%) concluíram por meio da modalidade presencial de ensino em uma universidade pública. Destarte, vale ressaltar que o curso de Serviço Social ofertado pela FCHS é

¹⁴ Segundo a Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004 “Na modalidade de ensino semipresencial poderão ser ofertadas disciplinas na modalidade à distância de ensino, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20 % (vinte por cento) da carga horária total do curso.

o único curso público de Franca e região, evidenciando sua relevância para o município e para a região.

Ademais, por meio de informações apreendidas no questionário da pesquisa, no gráfico 5 foram elencadas informações acerca da formação profissional continuada das supervisoras.

Gráfico 5 – Formação profissional continuada das supervisoras de campo

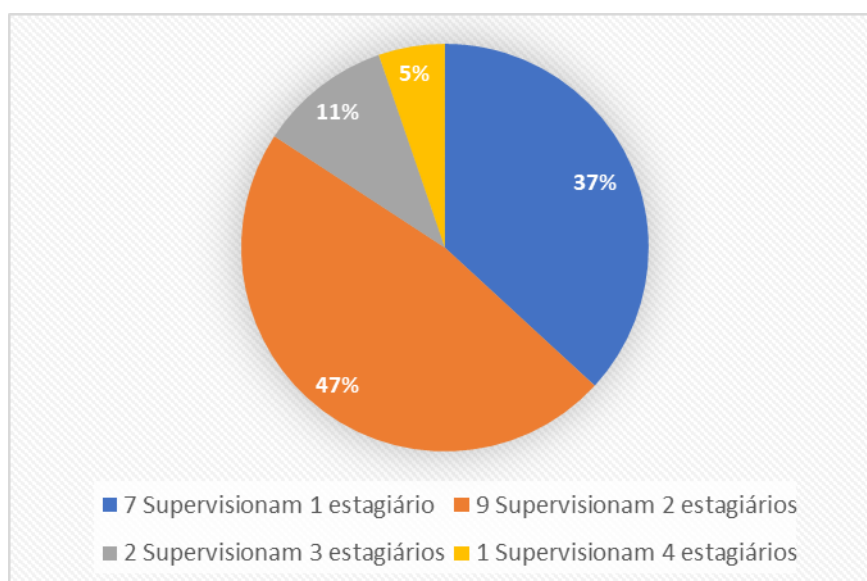


Fonte: Elaborado por Gabrielle Stéphanhy Nascimento Sgarbi, 2017.

Um aspecto que chama a atenção é que 6 supervisoras (31,6%) não continuam estudando e 13 supervisoras (68,4%) possuem uma formação profissional continuada por meio de cursos de especialização à distância, cursos promovidos pela instituição onde atuam e disciplinas optativas do curso de graduação em Serviço Social, voltadas para os profissionais.

Considerando a relevância da participação das profissionais nesses espaços, no gráfico 6 foi elencada a quantidade de supervisoras que participam de atividades acerca do estágio supervisionado em Serviço Social, essas informações foram apreendidas no questionário da presente pesquisa.

Gráfico 6 - Quantidade de estagiários (as) supervisionados (as) por cada profissional

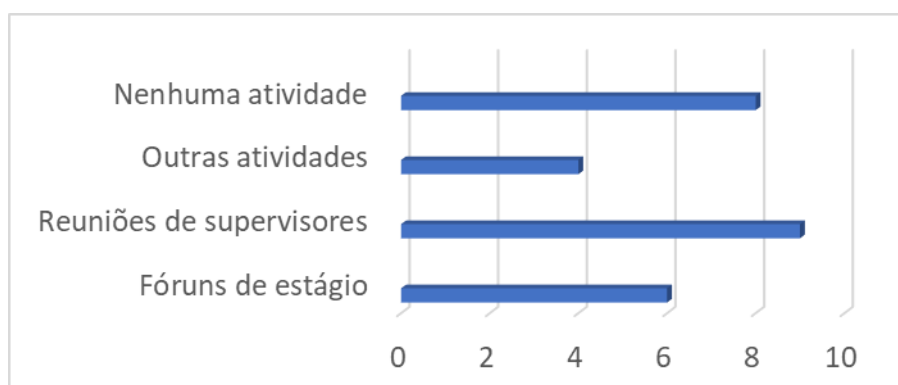


Fonte: Elaborado por Gabrielle Stéphanhy Nascimento Sgarbi, 2017.

Sete assistentes sociais supervisionam um estagiário, correspondendo a (36,8%) do total de participantes que responderam ao questionário, nove (47,4%) supervisionam dois estagiários, dois (10,5%) supervisionam três e apenas uma (5,3%) profissional supervisiona quatro estagiários.

Salienta-se que que a participante que supervisiona quatro estagiários possui uma carga horária de trabalho de 44 horas semanais, destarte está de acordo com a definição do número de estagiários a serem supervisionados conforme a Resolução nº 533/2008 já mencionada na pesquisa.

Gráfico 7 - Quantidade de supervisoras de campo que participam de atividades relacionadas ao processo de estágio



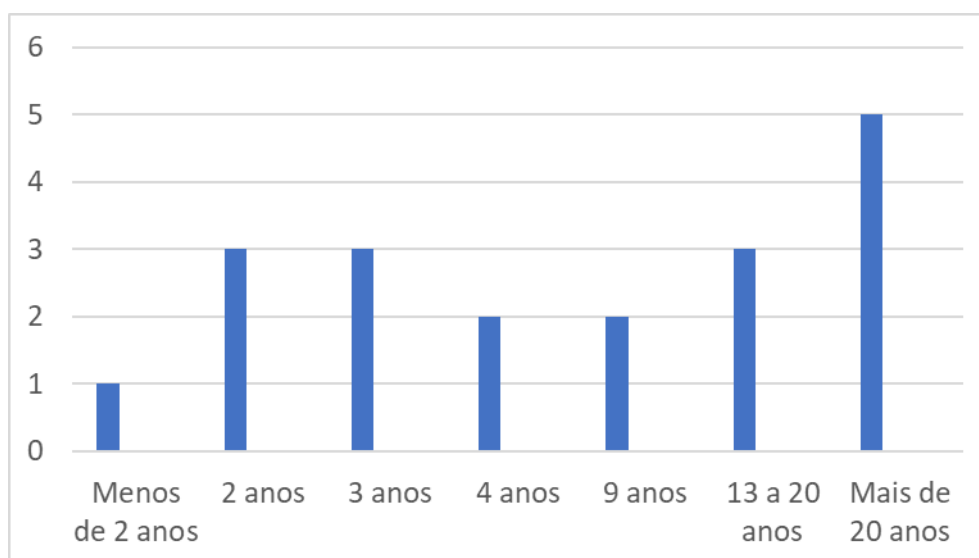
Fonte: Elaborado por Gabrielle Stéphanhy Nascimento Sgarbi, 2017.

Ressalta-se que no questionário semiestruturado essa questão caracterizava-se por ser de múltipla escolha, ou seja, propiciava a escolha de mais de uma alternativa. Sendo: participa de fóruns de estágio, reuniões de supervisores, não participa de nenhuma atividade, participa de outras atividades.

Após a análise, evidenciou-se que a maioria das supervisoras que participam de atividades relacionadas ao estágio, participam de mais de uma atividade, e que oito supervisoras não participam de nenhuma atividade.

Ademais, no gráfico 8 foram selecionadas informações acerca do período de atuação profissional das supervisoras de campo na área do Serviço Social.

Gráfico 8 – Período em que as participantes da pesquisa atuam na área



Fonte: Elaborado por Gabrielle Stéphanhy Nascimento Sgarbi, 2017.

Salienta-se que oito assistentes sociais continuaram no primeiro emprego, enquanto onze mudaram de emprego no decorrer de sua atuação profissional. As dezenove participantes foram selecionadas pelo primeiro e segundo contato realizados via e-mail.

Acerca do tempo que as mesmas exercem a supervisão de campo: seis (31,5%) no período inferior a dois anos, três (15,7%) exercem a dois anos, três (15,7) de dois a cinco anos, quatro (21%) a mais de cinco anos e três (15,7%) a mais de dez anos.

Em relação do número de vínculos empregatícios, as dezenove supervisoras possuem um vínculo, a variável é a carga horária semanal de trabalho,

sendo que apenas uma assistente social possui uma carga horária de 6 horas semanais, duas de 20 horas, uma de 25 horas, nove de 30 horas, quatro de 40 horas, uma de 44 horas e somente uma supervisora não especificou.

Ressalta-se, o tipo de vínculo empregatício: quinze (78,9%) são celetistas, uma (5,3%) presta serviço e, três (15,8%) não especificaram.

Ademais, o NESS possui 78 supervisores (as) de campo vinculados (as), a pesquisadora enviou ao todo 143 e-mails, sendo 78 no primeiro e 65 no segundo contato. Ponderando o número de e-mails enviados e as 19 devolutivas, percebe-se que não houve uma expressiva participação dos (as) supervisores (as) na pesquisa, evidenciando uma possível falta de interesse acerca da temática discutida e/ou do processo de estágio e do processo de formação profissional.

Contudo, as profissionais que escolheram participar de forma intencional, apresentaram aceitabilidade, disponibilidade, interesse pela temática supracitada e compromisso com o processo de estágio supervisionado e com a formação profissional.

Percebe-se que o grupo analisado é heterogêneo, pois cada supervisora respondeu ao questionário de acordo com sua realidade, considerando as particularidades vivenciadas em sua trajetória pessoal, acadêmica e profissional.

Evidenciou-se diversos aspectos relacionados a formação profissional, tais como: a natureza da instituição e a modalidade de ensino que as participantes cursaram a graduação, o tempo de formação, se possuem uma formação continuada por meio de cursos, capacitações e eventos e a quantidade de estagiários que cada profissional supervisiona. Já em relação as condições de trabalho os seguintes aspectos foram observados: a área de atuação das supervisoras, o tempo que atuam na área do Serviço Social, a quantidade e o tipo de vínculo empregatício e a carga horária semanal de trabalho.

Diante dessa análise, faz-se necessário no próximo capítulo prosseguir com a reflexão acerca do que é o trabalho na sociedade capitalista e as condições em que este é desenvolvido na contemporaneidade.

CAPÍTULO 2 TRABALHO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL

O presente capítulo possui o intuito de compreender o que é trabalho na sociedade capitalista, as condições de trabalho do assistente social na contemporaneidade, o processo de reestruturação do capital e as transformações societárias que condicionam o mundo do trabalho. Conforme Paulo Netto (2011), “[...]as transformações societárias estão vinculadas às mudanças no mundo do trabalho que afetam a sociedade”.

No presente capítulo, será realizada uma reflexão teórica com uma perspectiva crítica acerca da temática trabalho. Nesse sentido, delimitaram-se autores como: Karl Marx, José Paulo Netto, Ricardo Antunes, Sergio Lessa e Marilda Vilela Iamamoto, com o intuito de compreender o trabalho, uma vez que esses autores discutem a temática e possuem relevantes contribuições para a pesquisa.

A partir dessa contextualização, foram abordados: o processo de formação e o exercício profissional do assistente social na hodiernidade; as conquistas da categoria em seu percurso histórico; os entraves presentes na formação de uma força de trabalho especializada; os desafios do cotidiano profissional e, em especial, analisou-se a realidade do (a) assistente social enquanto supervisor (a) de campo de estágio e trabalhador (a).

Ademais, torna-se relevante compreender o que é trabalho, como ocorre seu desenvolvimento, o papel do homem nesse processo e suas relações.

2.1 A categoria trabalho na sociedade capitalista

Desde os primórdios, o trabalho é praticamente concomitante com a existência do homem, pois este foi criado pelo homem.

O trabalho caracteriza-se como categoria central do ser humano, do ser social. Por meio dele o homem se realiza, se reproduz, se identifica perante outro homem, cria relações, fortalece elos de comunhão e solidariedade com outros homens e com a natureza e, se caracteriza enquanto humano-genérico, realizando suas potencialidades afetivas, imaginativas, criativas, cognitivas, suas necessidades e seus desejos.

O trabalho é uma prioridade ontológica humana, e a partir deste, o homem transforma a natureza, buscando satisfazer suas necessidades e,

posteriormente, ele cria novas necessidades e instrumentos para aperfeiçoar o trabalho.

O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 2013, p. 255).

A natureza antecede a existência do homem, por meio dela há vida e desenvolvimento de todos os seres que habitam o planeta. Nesse sentido, a relação do homem com a natureza é necessária para sua própria sobrevivência. Segundo Lessa (1999, p. 02)

A natureza é composta pelo ser inorgânico (mundo mineral) e pelo ser orgânico (animais e plantas). Assim como as plantas se alimentam do reino mineral e os animais se alimentam das plantas e dos minerais – os homens apenas podem existir em relação com a natureza: a começar pelo fato de que sem a reprodução biológica não há sociedade possível. Isto é da maior importância: por mais desenvolvida que seja a sociedade, ela sempre terá uma base natural. Sem a transformação da natureza pelos homens não há história humana.

O trabalho passa a exigir conhecimento, habilidade, técnica e, a partir disso, o homem fragmenta o trabalho e consegue transformar a natureza, usando-a para atender suas necessidades, substituindo a relação de dependência por outra relação a de dominação. “[...] Diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, os homens têm que fazer o contrário: eles adaptam a natureza a si. O ato de agir sobre a natureza, adaptando-a às necessidades humanas, é o que conhecemos pelo nome de trabalho” (SAVIANI, 1994, p. 02).

O trabalho que vai ditar a relação do homem com a natureza e, conseqüentemente, o modo como os sujeitos se organizam e se desenvolvem em sociedade.

A natureza do homem, o ser é definido pelo trabalho que exerce. O que distingue o trabalho realizado pelo homem do trabalho de outros animais é sua capacidade de imaginar, idealizar, elaborar e executar a ação já almejando o seu resultado final. Portanto, o homem realiza o trabalho de modo reflexivo, consciente, teologicamente, ou seja, o homem diferencia-se do animal pela sua capacidade de

agir para além do instinto, agir racionalmente. A reflexão de Marx (2013, p. 130) chama a atenção:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente.

O homem imagina o resultado de seu trabalho antes de iniciá-lo, adquire conhecimentos e, posteriormente, surgirão novas necessidades e desejos, pois, conforme afirma Lessa (1999, p. 04)

Ao transformar a natureza, os homens também se transformam, pois adquirem sempre novos conhecimentos e habilidades. Essa situação (objetiva e subjetiva) faz com que surjam novas necessidades e novas possibilidades para atendê-las (o indivíduo possui conhecimentos que não possuía anteriormente). Estas novas possibilidades e necessidades impulsionam o indivíduo a novas prévias ideações, a novos projetos e, em seguida novos projetos.

Buscando suprir suas necessidades e desejos, o homem seleciona os meios adequados que aplicará para alcançar seus objetivos; emprega sua força de trabalho física e mental em sua atividade laboral, ou seja, atividade que é realizada no trabalho, essa exige dedicação e atenção do trabalhador. “Por força de trabalho entendemos o complexo das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso” (MARX, 2013, p. 242).

Tem-se que valor de uso é aquilo que é utilizado para sanar as necessidades e os desejos do homem na vida em sociedade. Para Marx (2013, p. 114), “o valor de cada coisa consiste em sua propriedade de satisfazer necessidades ou de servir às conveniências da vida humana”.

Segundo Prates (2012, p. 122), “o produto do trabalho sempre produz valor de uso, logo qualquer trabalho é mediado pelo valor, entendido aqui como produção que atende a necessidades humanas e vale destacar que não só de subsistência ou proteção, mas simbólicas e estéticas”.

Por meio do trabalho, o homem se identifica, se realiza e se reproduz, buscando suprir suas necessidades e vontades. O processo de trabalho pode ser configurado como “[...] atividade orientada a um fim, a produção de valores-de-uso,

apropriação dos elementos naturais às necessidades humanas” (MARX, 2013, p. 261).

Ao buscar compreender o que é trabalho, torna-se necessária a reflexão acerca da origem e do significado da palavra. A palavra trabalho em português é oriunda do latim, *tripalium*. Segundo Bonzatto (1998, p. 01), “tripaliu é um instrumento de tortura, consiste num gancho de três pontas, cuja função é a evisceração ou a retirada e exposição das tripas, região de intensa dor e de lenta agonia. Foi criado e utilizado durante a Inquisição”.

Tripaliare significava “torturar sobre o trepalium”, mencionado no século VI como uma armação construída por três troncos, suplício que substituiu o da cruz no mundo cristão. No século XII, a palavra trabalho significava uma experiência dolorosa. Foi preciso esperar até o século XVI para se poder utilizar a palavra trabalho em vez de obra ou de labor. À obra do homem artista e livre, ao labor do homem pressionado por outro ou pela natureza, acrescentou-se então o trabalho ao ritmo da máquina. Seguidamente, a palavra trabalhador deslocou o seu sentido para agricultor e operário. No fim do século XIX, os três últimos termos mal se distinguiam entre si. (BONZATTO, 1998, p. 02).

Diante dessa reflexão, faz-se relevante ressaltar como o trabalho era organizado e realizado em sua gênese. Saviani (1994, p. 148) afirma que na origem do trabalho prevalecia a produção comunal, ou seja:

Não havia classes, tudo era feito em comum. A medida em que o homem se fixa na terra, que era considerada o principal meio de produção, surge a propriedade privada. A apropriação privada da terra divide os homens em classes. Com propriedade privada da terra: temos então a classe dos proprietários e a classe dos não proprietários. O fato de uma parte dos homens se apropriar privadamente da terra dá a eles a condição de poder sobreviver sem trabalhar. Com efeito, os não proprietários que trabalham a terra assumem o encargo de manter a si próprios e aos senhores. Nesse sentido, surge uma classe ociosa, ou seja, uma classe que não precisa trabalhar para viver: ela vive do trabalho alheio.

O trabalho possuía uma conotação negativa, era considerado humilhante. Somente trabalhavam aqueles que não possuíam posses, propriedade privada e que precisavam prover sua subsistência e de sua família, concomitantemente, mantendo a classe ociosa que vivia do trabalho de terceiros. Sposati (1988) esclarece que “[...] somente com o advento dos valores capitalistas que o trabalho passa a ser considerado algo que dignifica o homem, e fundante na sociedade do capital, visto que precisava de produção e consumo em massa”.

Salienta-se que a sociedade é a maneira como o ser social organiza-se e vive, é o modo como se constitui o trabalho socialmente.

A sociabilidade capitalista emergiu a partir do surgimento da propriedade privada e da divisão de classes na sociedade, neste momento ocorre a submissão de um homem perante o outro, modificando as relações entre os seres humanos e suas interações com a natureza.

Ressalta-se que o sobretrabalho, trabalho criador de valor – também produz um sistema de exploração geral das propriedades naturais e humanas, um sistema de utilidades geral. O capital cria assim a sociedade burguesa e a apropriação universal tanto da natureza quanto da própria relação social pelos membros da sociedade. Daí a grande influência civilizadora do capital; sua produção de um nível de sociedade em face à qual todos os anteriores aparecem como desenvolvimentos meramente locais da humanidade e como uma idolatria da natureza. (HIRANO, 2001, p. 12).

Acerca do valor do trabalho, lamamoto (2008, p. 60) destaca que:

O valor é uma relação entre pessoas, que assume uma forma material (de produto do trabalho) e encontra-se relacionado ao processo de produção em uma sociedade de produtos isolados e formalmente independentes. Assim, o valor mercantil não caracteriza coisas, mas um tipo de relações humanas sob as quais as coisas são produzidas.

Vale ressaltar que ao refletir acerca do trabalhador vender a sua força de trabalho em busca de uma forma de manter a sua sobrevivência e de sua família, não se está apenas discutindo sobre a questão financeira, predominante nesta sociabilidade, pois, torna-se necessário refletir acerca do controle da ação e da organização do trabalhador dentro do espaço sócio ocupacional, o cumprimento de horário, metas e de atividades preestabelecidas pela chefia passam a imperar nessa sociabilidade.

Dessa forma, tem-se que o trabalhador está sujeito a alienação no processo de trabalho. Para lamamoto (2008, p. 215)

A condição de trabalhador assalariado, regulada por um contrato de trabalho impregna o trabalho profissional de dilemas da alienação e de determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores, ainda que se expressem de modo particular no âmbito desse trabalho.

Diante dessa realidade, faz-se necessário ressaltar a existência do trabalho informal. A informalidade é decorrente do não cumprimento da legislação social que protege o trabalho, ou seja, o trabalhador não possui seus direitos assegurados, não possui o amparo da legislação. O trabalho informal não significa trabalho precarizado, porém, o indivíduo está desprovido de seus direitos. Nesse sentido há uma linha tênue, ou seja, uma aproximação entre esses dois conceitos.

Tem-se que “quanto mais frágil a legislação protetora do trabalho e a organização sindical, maior o grau de precarização das condições de trabalho, independentemente do grau de “modernização” das linhas de produção ou ambientes de trabalho como um todo” (ANTUNES, 2015, p. 5).

Analisando a sociabilidade capitalista e suas implicações na vida da classe trabalhadora, a reflexão de Bonzato chama a atenção:

A divisão capitalista do trabalho foi adotada não pela sua superioridade tecnológica, mas porque garantia ao empresário um papel essencial no processo de produção: o de coordenador que, combinando os esforços separados dos seus operários, obtém um produto mercante. Do mesmo modo, a origem e o sucesso do capitalismo não se explicam por sua superioridade tecnológica, mas pelo fato de despojar o operário de qualquer controle e de dar ao capitalista o poder de prescrever a natureza do trabalho e a quantidade a produzir. A partir disso, o operário não é livre para decidir como e quando quer trabalhar para produzir o que lhe é necessário; mas é preciso que ele escolha trabalhar nas condições do patrão ou não trabalhar, o que não lhe deixa nenhuma escolha (MARGLIN, 1976, p. 41 apud BONZATO, 1998).

Ademais, o sentido do trabalho se contradiz, pois, de um lado ele produz condições de subsistência, identidade, sentimento de pertencimento a uma determinada classe social, propicia que o homem crie e inove por meio de seu trabalho, porém, de outro lado, ocasiona exploração, restrição e/ou eliminação da criatividade no processo produtivo devido a alienação, a burocracia do cotidiano e a repetição sem estimular a visão crítica e reflexiva.

Nesse sentido, a reflexão de Lamamoto (2012, p. 141) chama atenção:

Teimamos em reconhecer a liberdade como valor ético central, o que implica desenvolver o trabalho profissional para reconhecer a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, reforçando princípios e práticas democráticas. Aquele reconhecimento desdobra-se na defesa intransigente dos direitos humanos, o que tem como contrapartida a recusa do arbítrio e de todos os tipos de autoritarismos.

A ação e até o produto desenvolvido pelo trabalhador podem lhe causar um estranhamento quando realizado sob a fiscalização do coordenador/chefe, não propiciando sua identificação com o trabalho.

Esta sociabilidade possui disputas de poder, interesses conflitantes e contradições presentes desde sua gênese que se tencionam. Segundo Mészáros (2009, p.05), “o sistema do capital é caracterizado por uma tripla fratura entre: 1) produção e seu controle; 2) produção e consumo; e 3) produção e circulação de produtos (interna e internacional).” O resultado é um irremediável sistema

“centrífugo”, no qual as partes conflituosas e antagônicas pressionam em muitos sentidos diferentes.

Ressalta-se que a partir da década de 1990, intensificou-se o desenvolvimento do ideário neoliberal no Brasil, ocasionando uma nova organização que afetou e alterou a configuração dos meios de produção e do Estado, que iniciou a transferência de muitas de suas responsabilidades para a sociedade civil, assumindo um papel de culpabilização dos sujeitos. Outro aspecto que chama a atenção é que as políticas sociais que deveriam ter caráter universal passam a ser focalizadas e seletivas.

No Brasil, particularmente na década de 1990, as transformações geradas pela nova divisão internacional do trabalho foram de grande intensidade, já que partiram de uma dinâmica interna, característica dos países de industrialização dependente, fundada na superexploração da força de trabalho. A imposição de baixos salários, associados a ritmos de produção intensificados e jornadas de trabalho prolongadas, foi ainda acentuada pela desorganização do movimento operário e sindical, imposta pela vigência, entre 1964 e 1985, da ditadura militar. Portanto, esse é o contexto no qual, de vitória do neoliberalismo no Brasil nos anos 1990. (ANTUNES, 2010).

A partir do desenvolvimento do sistema capitalista, as desigualdades sociais tornaram-se mais evidentes e acirradas, devido a exploração de um homem pelo outro, a alienação e precarização das condições de trabalho, a divisão de classes, ou seja, a separação entre os detentores do capital, os donos dos meios de produção e os trabalhadores, a separação entre os ricos e os pobres na sociedade, na qual uma minoria apropria-se da riqueza socialmente produzida pela maioria, riqueza que é produzida pelos trabalhadores. Ademais, as desigualdades sociais compõem a questão social.

A questão social é apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2012, p. 27).

Ainda, segundo as considerações de Teixeira (2003, p. 49)

A questão social está relacionada ao exercício empobrecido, alienado e desumanizado das funções do trabalho vivo sob o controle do capital, em diferentes estágios do modo de produção capitalista; logo, à situação daqueles que vivem da venda da sua força de trabalho, como única condição de satisfazer suas necessidades, nem sempre absorvidos no mercado de trabalho, ou absorvidos em situação precária, ou deles ‘excluídos’, marginalizados, segregados, estigmatizados e sujeitos a

estereótipos negativos, pela sua condição social. Essa realidade estrutural está ligada às contradições do modo de produção capitalista, da formação da superpopulação relativa que cresce na mesma proporção do crescimento do capital.

Nesta sociabilidade neoliberal com a divisão de classes e o acirramento das desigualdades sociais, ainda no século XXI, por vezes, muitos indivíduos que compõem a classe social menos favorecida não constroem e/ou são desassociados de sua real identidade, ou seja, esses não possuem a oportunidade de estudar, de escolher sua formação, de se especializar e conseguir um ofício diferente e acabam seguindo o ofício da família, dos avôs, dos pais; não por escolha, mas por ausência de oportunidade.

Essa realidade é decorrente da desigualdade social imperante no sistema capitalista, da restrição ao acesso à cultura e a bens materiais de acordo com a condição social, cultural e/ou financeira, refletindo diretamente em diversas questões da vida do trabalhador, na identidade, na criatividade, no prazer em desenvolver determinado ofício. Dessa forma, acarretando ao trabalhador uma identidade atribuída por meio de estereótipos designados pela própria sociedade, ocasionando sofrimento e frustração.

O sofrimento ocasionado pelo trabalho alienado e burocrático ou pela ausência dele faz-se presente na vida da população em âmbito mundial, não dependendo exclusivamente das mudanças ocorridas no processo de trabalho ao longo da história, mas, principalmente, pela sua relevância social nesta sociabilidade capitalista.

Por vezes, o trabalho não gera prazer, satisfação e pertencimento ao homem e este utiliza sua força de trabalho para sobreviver. Nesse sentido, o trabalho remunerado passa a ser uma forma de obtenção de meios de subsistência para ele e sua família, pois, o trabalhador não se identifica com o que produz e sua produção passa a significar somente o seu salário.

Outro aspecto que chama a atenção é que muitos indivíduos adoecem devido ao trabalho, pois, diversos problemas de saúde são ocasionados pelo trabalho precarizado e alienado, como: depressão, síndrome do pânico, problemas na coluna vertebral devido à má postura e/ou carregamento de peso no ambiente de trabalho, dilaceração de membros ocasionada por acidentes em máquinas, contusões devido ao esforço repetitivo, entre outros.

Os acidentes de trabalho e as manifestações de adoecimento com nexo laboral não são fenômenos novos, mas processos tão antigos quanto a submissão do trabalho às diferentes formas de exploração. Engels (2010), baseado na observação direta e em outros estudos sobre as condições de trabalho no século XIX, descrevia, em 1845, como as condições de vida e trabalho do operariado de algumas cidades industriais inglesas encontravam-se na raiz de um conjunto de enfermidades que, não raramente, desdobravam-se na morte desses trabalhadores. Ao longo do século XX, com a produção em massa e a ampliação do controle e intensificação do trabalho, novas formas de acidentes e adoecimentos com nexo laboral passaram a fazer parte do cotidiano do trabalho. (ANTUNES, 2015, p. 4).

Desta forma, torna-se relevante refletir acerca da precarização do trabalho e como esta influi na sociedade, refletindo diretamente na vida dos trabalhadores. Nesse sentido, ressalta-se ainda a reflexão de Antunes (2010)

A precarização do trabalho que caracteriza o capitalismo histórico assumiu uma dimensão estrutural e fez emergir a precarização do homem-que-trabalha. Trata-se de uma nova dimensão da precarização do trabalho que não se reduz a precarização salarial. A precarização do homem-que-trabalha não se trata da mera afirmação do trabalho estranhado, mas sim a sua radicalidade qualitativamente nova capaz de desefetivar o ser genérico do homem em largas camadas sociais do proletariado hoje, com impactos na saúde dos homens e das mulheres que trabalham. A amplitude e intensidade do fenômeno do estranhamento hoje alterou o significado político da precarização do homem-que-trabalha. O tema da saúde do trabalhador numa perspectiva radical tornou-se muito importante para se deixar a cargo apenas de médicos e profissionais de saúde propriamente dita.

Nesse sentido, buscando atender os objetivos propostos da pesquisa, se faz relevante a compreensão acerca das condições de trabalho do (a) assistente social na atualidade.

2.2 Condições de trabalho do (a) assistente social na contemporaneidade

O processo de reestruturação do capital e as transformações societárias condicionam e modificam o mundo do trabalho como um todo, inclusive o trabalho do (a) assistente social, refletindo na qualidade do mesmo.

O capitalismo, porém, como um modo de produção antagônico, que traz em seu seio a marca da desigualdade, da posse privada de bens, da exploração da força de trabalho, realizou sua marcha expansionista sob o signo da contradição. [...] O capitalismo foi acentuando a diferenciação entre as classes e fazendo do movimento de valorização do capital o movimento fundamental da sociedade burguesa constituída. (MARTINELLI, 2011, p. 69).

Ressalta-se que, o serviço social emergiu¹⁵ no Brasil devido à luta de classes na divisão sócio técnica do trabalho. Caracteriza-se como uma profissão investigativa e interventiva, que atua diretamente nas expressões da questão social.

A profissão está inserida na divisão sócio técnica do trabalho. O assistente social é um trabalhador liberal¹⁶, mas que compõe a classe trabalhadora¹⁷ e, conseqüentemente, é um profissional assalariado.

Para Iamamoto (2012, p. 87), “[...] o acesso ao trabalho continua sendo uma condição preliminar de sobrevivência da maioria da população, alijada de outras formas de propriedade que não seja sua capacidade de trabalho”.

Salienta-se que o serviço social possui o código de ética do assistente social (1993) e a Lei de regulamentação da profissão, Lei nº 8.662 (1993), que norteiam o agir profissional e dispõe sobre a profissão de assistente social. Possui também o Conjunto CFESS/CRESS - Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) instituídos pela Lei nº 3.252 (1957) que possuem o intuito de orientar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional.

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sócio técnica do trabalho, teoricamente balizada pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABPESS e regulamentada pela Lei nº 8.662/93, com alterações determinadas pelas Resoluções CFESS nº 290/94 e nº 293/94, e pelo Código de Ética, aprovado através da Resolução CFESS nº 273/93, de 13 de março de 1993. (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2013, p. 2).

¹⁵ O Serviço Social surgiu no Brasil em meados da década de 1930, nesse período o capitalismo consolidava-se no país, evidenciando as desigualdades sociais. Nesse sentido, a profissão possuía o intuito de amenizar os conflitos entre a burguesia e o proletariado. Sua gênese foi profundamente marcada pelo assistencialismo, conservadorismo e pela influência da doutrina da Igreja Católica. Porém, no decorrer de sua trajetória histórica, a identidade da profissão foi alterada. (IAMAMOTO, 2012, p. 30).

¹⁶ Segundo a Confederação Nacional dos Profissionais Liberais (CNPL) “A definição para profissional “liberal” diz respeito àqueles profissionais, trabalhadores, que podem exercer com liberdade e autonomia a sua profissão, decorrente de formação técnica ou superior específica, legalmente reconhecida, formação essa advinda de estudos e de conhecimentos técnicos e científicos. O exercício de sua profissão pode ser dado com ou sem vínculo empregatício específico, mas sempre regulamentado por organismos fiscalizadores do exercício profissional”. (CNPL, 2015).

¹⁷ Ao refletir acerca da classe trabalhadora que necessita do trabalho para sobreviver, vale destacar que “A noção ampliada de classe trabalhadora, que incorpora tanto os trabalhadores produtivos, presentes na indústria, na agricultura e no setor de serviços, privatizados pela lógica dominante do capital financeiro, como aqueles assalariados improdutivos, que não geram mais-valia, mas que são imprescindíveis no processo de trabalho capitalista e vivenciam situações que têm clara similitude com aquelas experimentadas pelos(as) trabalhadores(as) produtivos. Como todo trabalho produtivo tende a ser assalariado, mas nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção ampliada de classe trabalhadora deve articular essas duas dimensões. (ANTUNES, 2010).

Na realidade brasileira, tornou-se comum que o assistente social enquanto trabalhador especializado, que vende sua força de trabalho seja contratado por entidades majoritariamente de caráter empresarial ou estatal, destarte, podendo trabalhar no setor público ou privado, atuando nas políticas sócio assistenciais, buscando em todas as áreas de atuação a efetivação de direitos do usuário de determinado serviço.

A atuação do assistente social realiza-se em organizações públicas e privadas e em diferentes áreas e temáticas, como: proteção social, educação, programas socioeducativos e de comunidade, habitação, gestão de pessoas, segurança pública, justiça e direitos humanos, gerenciamento participativo, direitos sociais, movimentos sociais, comunicação, responsabilidade social, marketing social, meio ambiente, assessoria e consultoria, que variam de acordo com o lugar que o profissional ocupa no mercado de trabalho, exigindo deste um conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. (PIANA, 2009, p. 86).

O setor público ou privado comprarem a força de trabalho do assistente social é um fator determinante e interfere diretamente nas condições de trabalho e no desenvolvimento das ações profissionais. Pois, cada área de atuação e espaço sócio ocupacional possui suas particularidades, exige e determina do profissional uma determinada intervenção e organização.

Os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder; delimitam a matéria sobre a qual incidem esse trabalho; interferem nas condições em que se operam os atendimentos assim como seus efeitos na reprodução das relações sociais. Eles impõem, ainda, exigências trabalhistas e ocupacionais aos seus empregados especializados e mediam as relações com o trabalho coletivo por eles articulado. (IAMAMOTO, 2008, p. 215).

O serviço social possui uma abordagem direta com a população, caracterizando-se como uma profissão que intervém diretamente na realidade.

Para lamamoto (2012, p. 27) “o serviço social é considerado uma especialização do trabalho e sua atuação profissional uma manifestação de seu trabalho, inscrito no âmbito da produção e reprodução da vida social”.

Ressalta-se que o assistente social deve articular-se com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, pois, são princípios basilares que orientam e colaboram para o desenvolvimento da profissão.

Pela forma de inserção sócio profissional na divisão social e técnica do trabalho, o espaço reservado ao Serviço Social, como um ramo de especialização do trabalho coletivo, é o de dar respostas, buscar prontamente soluções à pluralidade de questões que lhes são colocadas,

para o que necessita de fundamentos teórico-metodológicos, conhecimentos e saberes interventivos, habilidades técnico-profissionais, procedimentos teórico-metodológicos e de uma perspectiva ética com clara orientação estratégica. É a sua inserção na divisão social e técnica do trabalho da sociedade capitalista, sua localização na estrutura sócio ocupacional e a sua funcionalidade na sociedade burguesa, construída no espaço de mediação entre classes e Estado, que atribui à intervenção um caráter político. (GUERRA, 2012, p. 2).

A dimensão teórica-metodológica cuida das diversas teorias da profissão e busca compreender e ampliar a compreensão acerca da realidade social. A dimensão ético-política dedica-se em analisar a intencionalidades e objetivo das ações, contribuindo na tomada de decisões no exercício e no posicionamento profissional do assistente social. A dimensão técnico-operativa irá efetuar as ações que foram planejadas e orientadas com base nas outras dimensões.

Salienta-se que as três dimensões estão correlacionadas, são primordiais e complementares, ou seja, ao desenvolver uma dimensão tem-se que essa já está embasada pelas demais. Segundo Santos (2013, p. 26)

A dimensão teórico-metodológica fornece ao profissional um ângulo de leitura dos processos sociais, de compreensão do significado social da ação, uma explicação da dinâmica da vida social na sociedade capitalista. Possibilita a análise do real. A dimensão ético-política envolve o projetar a ação em função dos valores e finalidades do profissional, da instituição e da população. É responsável pela avaliação das consequências de nossas ações – ou a não avaliação dessas consequências. São as diferentes posições e partidos que os profissionais assumem. Já a dimensão técnico-operativa, é a execução da ação que se planejou, tendo por base os valores, as finalidades e a análise do real.

As três dimensões norteiam as ações profissionais da categoria, contudo, o profissional enfrenta desafios cotidianos para concretizá-las, desse modo, torna-se primordial que o assistente social possua acesso e domínio das informações buscando enfrentar esses desafios por meio da argumentação e desenvolvimento de ações no ambiente de trabalho.

Sabe-se, entretanto, que no terreno da atuação profissional, o espaço ocupacional não é exclusivo do/a Assistente Social e neste também estão presentes relações de poder e correlação de forças. Sendo assim, os desafios presentes no campo de trabalho exigem do/a profissional o domínio de informações, mediante a articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, para a identificação dos instrumentos a serem utilizados, bem como requerem habilidades técnico-operacionais, que permitam um profícuo diálogo com diferentes segmentos sociais. (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2013, p.03).

No século XXI, presencia-se um momento histórico permeado por profundas desigualdades sociais, além de transformações societárias que acarretam desafios para a classe trabalhadora.

Cresce o problema central do mundo contemporâneo, sob o domínio do grande capital financeiro em relação ao capital produtivo: o desemprego e a crescente exclusão de contingentes expressivos de trabalhadores, da possibilidade de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, que se torna estreito em relação à oferta de força de trabalho disponível. Essa redução do emprego, aliada à retração do Estado em suas responsabilidades públicas no âmbito dos serviços e direitos sociais, faz crescer a pobreza e a miséria, passa a comprometer os direitos sociais e humanos, inclusive o direito à própria vida. (IAMAMOTO, 2012, p. 87).

Diante de tal contexto neoliberal, se faz imprescindível analisar os embates que a atuação profissional de assistentes sociais se depara na contemporaneidade.

Os ataques à classe trabalhadora também rebatem nas novas requisições profissionais do Serviço Social, que vê o/a assistente social como “um (a) gerenciador do caos” ou seja, um (a) profissional requisitado pelas políticas sociais focalizadas e precarizadas. Com isso, o profissional está exposto ao trabalho em equipes reduzidas, com ausência de recursos e condições de trabalho, vivenciando os aspectos mais perversos da terceirização dos serviços e, por vezes recebendo baixos salários, situações de assédio moral, culpabilização pela alta demanda atendida e falta de respostas coletivas das políticas sociais. (PINA, 2016, p. 05).

O assistente social, ao conhecer e compreender a realidade social a qual o usuário está inserido presencia em seu cotidiano profissional as expressões da questão social presentes na sociedade capitalista, como: a miséria, a fome, a violência e a violação de direitos.

As expressões da questão social são a fonte das demandas de trabalho do assistente social, nesse sentido, é necessário que o profissional esteja embasado teoricamente e atento as mudanças na realidade local, regional, nacional e global, buscando enfrentar essas demandas por meio das políticas sociais, com intuito de solucionar e/ou amenizar situações precárias da vida da população. Contudo, não deve somente executar essas políticas, o profissional deve romper as ações burocráticas do cotidiano, que não possuem um olhar acerca da totalidade, atrasam o desenvolvimento do trabalho e, concomitantemente, podem prejudicar a efetivação das políticas sociais.

Observa-se que as políticas públicas estão cada vez mais focalizadas e precarizadas, tornando-se frequente a ausência de recursos: financeiro, material e

humano, para atender as demandas existentes e buscar a efetivação de direitos da população.

O Estado vem transferindo muitas de suas responsabilidades para a sociedade civil, culpabilizando os indivíduos, ou seja, a culpa de estar inserido em determinada situação passa a ser da própria pessoa, como se a mesma não tivesse se esforçado o suficiente e, por isso, merecesse estar em tal situação, evidenciando a meritocracia como solução dos problemas. Porém, vivencia-se uma sociedade desigual nas oportunidades e no acesso a direitos sociais básicos, tais como: saúde, educação e cultura.

A desigualdade social sempre existiu e existirá na história da humanidade e uma forma de combatê-la é minimizá-la através da efetivação de direitos sociais e da melhor distribuição de renda. Desta forma, as riquezas produzidas por meio do trabalho não estariam concentradas nas mãos de poucos, dos detentores do capital, mas em todos aqueles que participaram desse processo de produção de riquezas, ou seja, os trabalhadores.

Nesse sentido, chama atenção a reflexão da autora Iamamoto (2012, p. 161)

Diante da crescente restrição de capacidade de atendimento, o assistente social, por estar inserido na ponta final da prestação de serviços, vê-se, institucionalmente, cada vez mais compelido a exercer funções de um juiz rigoroso da pobreza, técnica e burocraticamente conduzida, como uma aparente alternativa à cultura do arbítrio e do favor.

A conjuntura não impossibilita totalmente as ações profissionais, mas propicia desafios e possibilidades. Essas possibilidades de enfrentamento estão presentes na realidade social concreta, contudo, não estão postas de forma fácil e evidente, é preciso que o profissional possua uma leitura crítica e de totalidade acerca da realidade, buscando compreender, desvelar e apropriar-se da mesma, transformando-a em projetos de trabalhos críticos e propositivos.

Ressalta-se que a categoria profissional possui uma relevante conquista, a Lei nº. 12.317, de 26 de agosto de 2010, que dispõe acerca da carga horária de trabalho do assistente social e altera o artigo 5ºA da Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. A Lei nº. 12.317 avançou, pois alterou a duração de 40 horas semanais de trabalho para 30 horas semanais.

Segundo o CFESS (2011), “a conquista das 30 horas semanais sem redução de salário para assistentes sociais deve ser compreendida no conjunto das lutas da classe trabalhadora, porque contribui para a garantia de melhores condições de trabalho e se insere na luta pelo direito do trabalho com qualidade para todos(as)”.

Ainda, para Antunes (2008, p. 110)

A redução da jornada diária (ou tempo semanal) de trabalho tem sido uma das mais importantes reivindicações do mundo do trabalho, uma vez que se constitui num mecanismo de contraposição à extração do sobretrabalho, realizado pelo capital. [...] desde o advento do capitalismo, a redução da jornada de trabalho mostra-se central na ação dos trabalhadores, condição preliminar para uma vida emancipada.

A redução da carga horária de trabalho, porém, não significa redução de tempo de trabalho.

Um trabalhador contemporâneo, cuja atividade seja altamente complexa e que cumpra um horário de sete horas diárias, trabalha muito mais tempo real do que alguém de outra época, que estivesse sujeito a um horário de quatorze horas diárias, mas cujo trabalho tinha um baixo grau de complexidade. (BERNARDO, 2000, p. 46 apud ANTUNES, 2008, p. 111).

Nesse sentido, para Marx (2013, p. 257)

O que diferencia as épocas econômicas não é o que é produzido, mas como, com que meios de trabalho. Estes não apenas fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalha.

Diante dessa realidade, torna-se necessário que a categoria profissional se mobilize, acione os órgãos representativos da profissão, reivindique melhores condições de trabalho tanto no setor público como no privado, com o intuito de evitar o trabalho alienado e desburocratizar as ações, prezando por uma intervenção profissional crítica, reflexiva e de qualidade.

Em relação as condições de trabalho do assistente social na contemporaneidade, é notório que muitos profissionais almejam um cargo no setor público, buscando estabilidade em sua carreira profissional. A almejada estabilidade na carreira pública não é plena e possui regras a serem seguidas. O servidor é submetido durante os três primeiros anos de trabalho ao estágio probatório, no qual será avaliado por seu desempenho, após o estágio probatório inicia-se a estabilidade. Porém, existem muitas dúvidas acerca desse âmbito, uma indagação recorrente é sobre a demissão após o estágio probatório. O servidor público poderá

ser demitido do cargo, mas para que isso aconteça, o mesmo precisará passar por um processo administrativo com direito a defesa.

Ressalta-se que no ano de 2017, a Senadora Maria do Carmo Alves criou um Projeto de Lei do Senado nº. 116, que dispõe sobre a avaliação periódica dos servidores públicos da União, Estados e Municípios, e sobre os casos de exoneração por insuficiência de desempenho. O projeto está aberto para consulta pública e votação no site do Senado Federal.

A proposta é que o servidor, mesmo após adquirir a estabilidade, continue sendo avaliado anualmente por comissão formada para esse fim. O texto inicial previa que a avaliação seria realizada pelo chefe do servidor, o que poderia acarretar perseguição, devendo-se considerar também que é muito comum o ocupante de cargo de chefia não ser servidor efetivo. Por essas razões, foi aprovado substitutivo para o servidor ser avaliado por comissão. Além disso, a fim de que não ocorram injustiças, o servidor poderá exercer o direito de pedir reconsideração e interpor recurso se discordar da avaliação. Ressalto também que na iniciativa privada não existe nada disso. Há a possibilidade de o empregador demitir o empregado sem qualquer justificativa. (GRANJEIRO, 2018).

O ambiente de trabalho é externo a corporeidade do trabalhador, apresentando necessidade de adaptação, desenvolvimento, limites a serem enfrentados e possibilidades a serem desenvolvidas.

Vale salientar que com o avanço do neoliberalismo, sobretudo na década de 1990¹⁸, foi criada uma nova forma de organização que alterou os modos de produção no âmbito mundial, destarte, alterou também a configuração, o papel do Estado brasileiro que passou a transferir muitas de suas responsabilidades para o terceiro setor, e esta realidade refletiu diretamente no desenvolvimento das políticas sociais que deveriam possuir um caráter universal e passam a ser focalizadas e influenciou também nas condições de trabalho de diversas profissões, dentre elas o Serviço Social.

¹⁸ Segundo Antunes (2010) “Na década de 1990, temos o prosseguimento da lógica da financeirização e a constituição de novo patamar de barbárie social (a barbárie da espoliação que se dissemina com o “capitalismo das bolhas financeiras”). A década de 1980 foi a década de expansão da globalização, enquanto a década de 1990 é a década de integração hegemônica do capital concentrado. É a década das políticas de integrações regionais conduzidas pelos interesses do capital financeiro. Ao mesmo tempo, com a entrada da China no mercado mundial na década de 1990, acirra-se a concorrência intercapitalista num cenário de capital concentrado. A presença da China transfigura a dinâmica da acumulação de valor, embora não altere essencialmente a objetividade contraditória do capitalismo global, com a crise estrutural do capital aparecendo cada vez mais como crise de desmedida de poder e acúmulo de massa de capital-dinheiro que não consegue se valorizar efetivamente.

Tem-se que, tanto no setor público como no setor privado, os profissionais vivenciam em seu cotidiano profissional diversos limites, tais como: a ausência de infraestrutura física adequada, vasta demanda de trabalho para poucos profissionais contratados, extinção de postos de trabalho, cobranças exacerbadas para a realização de atividades rotineiras e burocráticas (que não prezam por uma reflexão crítica) e a hierarquização profissional e institucional (que por vezes fere a autonomia profissional, podendo restringir uma intervenção de qualidade), essas condições repercutem na atuação profissional do assistente social.

Nesse sentido, chama a atenção a seguinte reflexão

A mercantilização da força de trabalho do assistente social, pressuposto do trabalho assalariado, subordina esse trabalho de qualidade particular aos ditames do capital e o impregna dos dilemas da alienação, impondo condicionantes socialmente objetivos à autonomia do assistente social na condução do trabalho e à integral implementação do projeto profissional. (IAMAMOTO, 2008, p. 416).

Um desafio que está presente na vida dos (as) assistentes sociais são as exigências acerca da constante qualificação profissional. Contudo, mesmo que o profissional seja qualificado, isso não garante uma atuação profissional de qualidade.

Diante do contexto neoliberal ao qual a sociedade está inserida, torna-se primordial que o assistente social compreenda que a realidade é dialética, fique atento com as mudanças que afetam diretamente a vida da população e consiga realizar uma leitura crítica e de totalidade.

Considera-se que, para realizar uma intervenção profissional coerente e de qualidade, o profissional deve

Estar atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil. Um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais. Mas também um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de realizar as ações profissionais, aos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladoras da participação dos usuários na formulação, gestão e avaliação de programas e serviços sociais de qualidade. (IAMAMOTO, 2012, p.143).

O mundo do trabalho como um todo vem sendo modificado, ocasionando precarização das condições de trabalho, seja na esfera pública ou na privada. Esta realidade afeta diversas profissões, dentre elas o serviço social, com baixos salários,

contratos temporários e cobranças para realização de atividades burocráticas e rotineiras que não prezam por uma reflexão crítica.

É notório que esses desafios que perpassam o cotidiano profissional ocasionam uma sobrecarga de tarefas que, por vezes, impossibilita que os profissionais possam desempenhar suas funções com coerência e criticidade.

Nesse sentido, a reflexão do autor Marx (2013, p. 257) chama a atenção, “o que diferencia as épocas econômicas não é o que é produzido, mas como, com que meios de trabalho. Estes não apenas fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalha”.

O estágio supervisionado é uma atividade de ensino e aprendizagem que é desenvolvido no ambiente de trabalho do assistente social supervisor de campo e, dessa forma, a referida atividade vincula o ensino e a prática profissional.

A crise do capital e suas mais recentes estratégias de reprodução em escala ampliada vêm alterando substancialmente as condições e relações de trabalho profissional, o cotidiano profissional, o padrão e a condição das políticas sociais, o processo de formação profissional, os estágios supervisionados e os processos de supervisão. (GUERRA; BRAGA, 2009, p. 15).

A precarização das condições de trabalho rebate diretamente na atuação profissional do assistente social supervisor de campo, no desenvolvimento do estágio e na formação profissional de uma força de trabalho especializada.

Diante dessa complexa realidade frente aos desafios impostos pelo ideário neoliberal, torna-se relevante compreender e refletir acerca do processo de formação profissional, pois, o processo de estágio vincula a formação e o exercício profissional. Nesse sentido, a qualidade e a precariedade de um refletirá no outro.

CAPÍTULO 3 O SIGNIFICADO DO PROCESSO DE SUPERVISÃO DE CAMPO DE ESTÁGIO PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL FRENTE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO PRECARIZADAS

Este capítulo possui o intuito de compreender o processo de formação profissional do assistente social na contemporaneidade. Concomitantemente, busca apresentar os dados coletados por meio das entrevistas realizadas com as supervisoras de campo de estágio vinculadas ao NESS, da FCHS, objetivando compreender e analisar a concepção de estágio pela óptica das supervisoras de campo, como ocorre a supervisão e as condições de trabalho na atualidade, e seus rebatimentos na formação e futura atuação profissional do estagiário.

3.1 Formação profissional e estágio supervisionado em Serviço Social

A formação profissional em Serviço Social é orientada pelo Projeto Ético-Político Profissional¹⁹ e pela direção crítica, fundamentada por meio da teoria social crítica²⁰ a partir do processo de renovação da profissão²¹.

A formação está diretamente relacionada à realidade social, apresentando-se como um processo educativo, formativo e histórico que objetiva propiciar, ao discente, o conhecimento teórico-científico com uma perspectiva crítica, a qual deve iniciar na graduação e ter continuidade durante o exercício profissional do assistente social, pois necessita ser analisada de acordo com a dinâmica da realidade.

A formação é permeada de desafios para que, de fato, possua qualidade desde a graduação, tanto no âmbito público quanto no privado. Tais desafios presenciados são: a precarização do trabalho docente; resistência para a ampliação do quadro de docentes nas universidades; mercantilização, sucateamento e aligeiramento do ensino superior; ausência de incentivo ao desenvolvimento da tríade universitária (ensino, pesquisa e extensão); entre outros.

Diante dos diversos desafios enfrentados na contemporaneidade, o assistente social deve possuir uma formação profissional comprometida, qualificada

¹⁹ O projeto ético-político conquistou sua hegemonia no Brasil, na década de 1990. Este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. (PAULO NETTO, 2006, p. 156).

²⁰ Segundo PAULO NETTO (2006, p. 2) “A teoria social crítica sublinha que os membros da sociedade, homens e mulheres, sempre atuam teleologicamente – isto é: as ações humanas sempre são orientadas para objetivos, metas e fins”.

²¹ Na década de 1960 iniciava-se o Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil. Esse movimento é considerado um marco relevante da profissão, pois a partir deste o Serviço Social rompe com a perspectiva do assistencialismo e começa a atuar no sentido da busca pela garantia e efetivação de direitos. O movimento se dividiu em três perspectivas, são elas: a modernizadora, a de reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. (PAULO NETTO, 2006, p.10).

e coerente a fim de desvelar a realidade e atuar frente às demandas postas no seu cotidiano profissional, porém, sem se subordinar ao mesmo, seguindo os princípios ético-políticos do Serviço Social.

A sintonia da formação profissional com o mercado de trabalho é condição para se preservar a própria sobrevivência do Serviço Social. Como qualquer profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, sua reprodução depende de sua utilidade social, isto é, de que seja capaz de responder as necessidades sociais, que são a fonte de sua demanda. (IAMAMOTO, 2012, p. 172).

Nesse sentido, salienta-se a relevância do estágio supervisionado em Serviço Social por ser realizado no local de trabalho do assistente social e por caracterizar-se como um componente da formação profissional, uma exigência curricular que vincula o ensino à prática profissional, cuja realização é imprescindível para a conclusão do curso de graduação.

O estágio é um componente fundamental no processo de formação profissional do assistente social, é um pilar da formação, sem ele, a formação não se sustenta. O estágio é indissociável de todo conteúdo teórico, metodológico, ético-político, técnico operativo, a mediação ocorrerá por meio do mesmo, eu considero que se o estágio não existir toda formação profissional cai por terra. (Ana).

Vale mencionar que um significativo avanço da formação profissional foi a criação das Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, as diretrizes foram implantadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), entre os anos de 2001 e 2002 em todos os cursos de Serviço Social do país, foram criadas almejando alterar os currículos mínimos²² e agregar mais qualidade para a formação profissional.

A ABESS dedicou-se por anos seguidos a discutir, seja nas suas unidades regionais, seja nas escolas de Serviço Social, a temática da Prática Profissional e da Prática de Ensino na formação desse técnico de nível superior. O resultado dessas discussões confluiu para as Convenções Nacionais da categoria, realizadas em Belo Horizonte e Natal, respectivamente nos anos de 1977 e 1979. A primeira, em copromoção com a Universidade Católica de Minas Gerais, através do seu Departamento de

²² O currículo mínimo para os cursos de Serviço Social foi aprovado em 1982, sua vigência durou 12 anos, pois segundo o Parecer CFE nº 412/82: “Nessa proposta predominou, na formação profissional, uma visão fragmentada da realidade, em que deveria atuar, com a especificidade dos seus estudos volta dos para o Serviço Social de Casos, em contraposição ao de Grupo ou de Comunidade. Essa metodologia levava a uma irreal divisão do indivisível, razão pela qual tem sido criticada e, tanto quanto possível, nos planos dos cursos de maior qualidade, sendo, aos poucos substituída por uma ótica mais realista de ação a nível da globalidade social”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1982, p. 2).

Serviço Social, tendo como tema "Conteúdo pragmático dos Cursos de Serviço Social do Brasil", e a segunda, em igual maneira, com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte tendo como tema "Proposta de Reformulação do Currículo Mínimo". (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1982, p. 1).

Nesse sentido, as diretrizes evidenciaram a discussão de um componente da formação profissional, o estágio supervisionado em Serviço Social que se caracteriza como uma exigência curricular, cuja realização é imprescindível para a conclusão do curso de graduação.

As diretrizes contribuíram para o debate e reflexão crítica acerca do estágio supervisionado para a formação e futura atuação profissional do estagiário, evidenciando que a referida atividade se caracteriza como um momento de grande relevância, compõe a carga horária e integra a grade curricular do curso. Entre os aspectos abordados referentes ao estágio ressalta-se que "O relatório avaliativo sobre a implementação das Diretrizes Curriculares apontou a necessidade de elaboração de uma Política Nacional de Estágio, tarefa delegada à ABEPSS." (TEMPORALIS, 2009, p. 25)

Após doze anos da implementação das diretrizes curriculares, foi aprovada em âmbito federal, a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio. Essa Lei propôs mudanças no desenvolvimento do estágio, caracterizando-o como uma atividade de ensino e buscando impossibilitar que estagiários fossem utilizados como mão de obra barata dentro das instituições de campo.

Pois, segundo a Lei Federal de Estágio nº. 11.788/2008, "Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos." Destarte, o estágio deve ser considerado como atividade educativa da formação profissional, não como trabalho e nem como ajudante do assistente social.

Posteriormente foi aprovada a Resolução 533, de 29 de setembro de 2008, que dispõe sobre a regulamentação da supervisão direta de estágio, ou seja, a indissociabilidade entre supervisão de campo e acadêmica. Nesse sentido, a resolução "[...] representa um avanço na criação de condições normativas para fiscalização exercida pelos CRESS e CFESS e, sobretudo, em relação à supervisão direta e para a sociedade que será beneficiada com a melhoria da qualidade dos

serviços profissionais prestados no âmbito do Serviço Social” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2008, p. 2)

Estas legislações acerca do estágio contribuíram para que o estágio ganhasse visibilidade e estivesse mais presente nas discussões, reflexões e preocupações da categoria profissional, evidenciando sobretudo as responsabilidades das Unidades de Formação Acadêmica (UFA) e das instituições de campo de estágio, resultando na construção da Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (PNE)²³ aprovada em 2010.

A PNE trouxe elementos acerca das atribuições dos sujeitos partícipes do estágio supervisionado, da supervisão direta, da quantidade de estagiários por supervisor de campo, problematizando os desafios encontrados no processo de estágio.

Ademais, esta política não possui força de lei, porém é um relevante instrumento de compromisso e de luta da profissão contra a precarização da educação, pois, possui o intuito de regulamentar e propiciar que o estágio seja desenvolvido com coerência e qualidade em prol da formação e futura atuação profissional dos estudantes.

A PNE apresenta de forma minuciosa a concepção de estágio, já presente nas Diretrizes Curriculares. Ela traz os princípios norteadores do estágio supervisionado, reforça a supervisão direta de estágio (Resolução 533 do CFESS), elucida questões sobre o estágio obrigatório e não obrigatório, define as atribuições de cada sujeito envolvido no processo de estágio, incentiva a construção dos Fóruns de Supervisão e aponta estratégias para a construção das Políticas de Estágio nas Unidades de Formação Acadêmicas. (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2017)

Faz-se relevante compreender como ocorre o estágio supervisionado e seus desdobramentos na contemporaneidade.

O processo de supervisão de estágio em Serviço Social envolve duas dimensões: a supervisão de campo (prática profissional do campo de estágio, exercida pelo assistente social que atua no espaço institucional); e a supervisão acadêmica (realizada pelo docente do curso de Serviço Social).

²³ Segundo Ramos (2009, p. 35) “Conforme demonstram os dados relativos aos debates ocorridos no país que discutiram a formulação da PNE contidos nos relatórios das oficinas regionais da ABEPSS realizadas em 2009: 80 eventos que contaram com a participação de 175 Unidades de Formação Acadêmicas e 4.445 participantes”.

[...] o estágio é atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Essa supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética Profissional (1993). (ABESS; CEDEPSS, 1997, p. 71 apud ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2010).

Salienta-se que um dos princípios norteadores das Diretrizes Curriculares é a supervisão direta. Ainda, segundo a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (2010, p. 13) “O estágio pressupõe a supervisão acadêmica e de campo, numa ação conjunta, direta, integrando planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem e do desempenho do (a) estudante”.

Torna-se necessário, destarte, compreender como ocorre o estágio supervisionado e seus desdobramentos hodiernamente.

No decorrer do estágio, a inserção do discente na instituição de campo, o atendimento das demandas, a elaboração e execução de ações possibilitam que o estagiário tenha uma aproximação direta com a realidade de atuação profissional do assistente social, propiciando, por meio da mediação entre teoria e prática, a compreensão das situações enfrentadas no cotidiano profissional.

Observa-se que não há dicotomia entre teoria e prática, a teoria deve embasar o agir profissional.

O famoso distanciamento entre o trabalho intelectual, de cunho teórico-metodológico, e o exercício da prática profissional cotidiana. Esse é um desafio colocado por estudantes e profissionais ao salientarem a defasagem entre as bases de fundamentação teórica da profissão e o trabalho de campo. Um outro aspecto a ser enfrentado é a construção de estratégias técnico-operativas para o exercício da profissão, ou seja, preencher o campo de mediações entre as bases teóricas já acumuladas e a operatividade do trabalho profissional. (IAMAMOTO, 2012, p. 52).

No dia a dia, as tarefas cotidianas e a burocracia institucional favorecem a dicotomia entre teoria e prática, porém, o profissional não deve manter-se estagnado em um ambiente de trabalho alienante, deve buscar romper com essas atividades rotineiras e burocráticas que possuem tendência de controlador e fiscalizador, pois torna-se necessário que o mesmo reflita acerca de suas ações e busque realizar intervenções críticas e coerentes.

As demandas típicas das instituições rebatem na dinâmica da cotidianidade, ganhando consistência, pois a heterogeneidade, a repetição, a falta de

crítica, o imediatismo, o senso comum são atitudes típicas da vida cotidiana repetidas automaticamente em face da burocracia institucional. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 73).

O discente também vivencia, no campo de estágio, a repetição de diversas tarefas sem análise crítica e, por vezes, baseadas no senso comum, a burocracia institucional e a alienação favorecidas pelo cotidiano. Contudo, faz-se necessário o supervisor de campo e o estagiário criarem formas de enfrentamento para essas dificuldades. Segundo a supervisora Ana:

“Eu considero que a realidade do cotidiano profissional é difícil e é conteúdo pedagógico, nesse sentido as estagiárias devem ser aliadas das supervisoras, agindo como futuras profissionais compartilhando já no estágio das mesmas dificuldades, angústias e ausência de recursos, eu busquei trazer elas para perto de mim enquanto colegas de trabalho”.
(Ana).

Ademais, conforme o estagiário se aproxima da dinâmica de trabalho do supervisor de campo, surgirão diversos questionamentos acerca de problemáticas existentes no exercício profissional, das legislações e correntes filosóficas que norteiam a profissão, das políticas públicas, da instituição de campo e da sua articulação com os demais serviços do município, entre outros.

Diante desses questionamentos, o supervisor pode deixar a rotina do cotidiano e, refletir acerca das indagações e possibilidades elencadas pelo estagiário, se as ações estão sendo formuladas e executadas de acordo com o projeto ético-político da profissão e até repensar a sua prática profissional.

O estagiário possui um papel importante no campo de estágio, de contribuir no processo de ‘oxigenação’ da ação profissional, na medida em que apresenta questionamentos acerca do trabalho realizado e possibilidades de enfrentamento às situações vivenciadas no cotidiano profissional (OLIVEIRA, 2009, p. 8).

Nesse sentido, para que a supervisão se caracterize como um momento relevante de troca de conhecimentos e experiências, o assistente social enquanto supervisor deve buscar construir uma relação horizontal com o estagiário, contudo, respeitando a hierarquia que o ambiente de trabalho exige.

Segundo Joana “Iniciar a supervisão de campo de estágio foi maravilhoso, porque me fez repensar a minha prática, e me cobrar mais para ser uma profissional ética e coerente, eu aprendo muito com as estagiárias, elas me trazem de volta para o universo da faculdade, do pensamento crítico”.

Ademais, compreende-se que o cotidiano da supervisão de estágio, segundo as considerações de Caputi (2014, p. 120), “[...] torna-se o espaço da aprendizagem, intervenção e investigação profissional porque é esteira das relações (micro e macro) sociais que concretiza o trabalho. É espaço de alienação, mas também de criação e superação”.

Tem-se ainda que o cotidiano abrange “um conjunto de relações sociais o que faz com que sua compreensão não deva se esgotar em seu sentido estrito do fazer cotidiano”, mas considerá-lo em sua totalidade, compreendendo na supervisão de campo a complexidade que envolve a formação e o exercício profissional do assistente social. (CFESS, 2014, p. 18).

O estágio é permeado de desafios e esses rebatem diretamente na formação profissional, entre os desafios ressalta-se a dificuldade de articulação entre as Unidades de Formação Acadêmica (UFA) e as instituições campo de estágio, a ausência de conhecimento acerca das legislações e dos diferentes papéis dos sujeitos envolvidos no estágio (estagiário, supervisor de campo e acadêmico), instituições com instalações físicas inadequadas, hierarquização e/ou ausência de autonomia profissional do supervisor de campo, escassez de campos de estágios, estágio considerado como trabalho e estagiários como mão de obra barata, entre outros.

O estagiário é contratado para atender às demandas institucionais, por um custo menor que o profissional. Este acaba sendo utilizado como mão-de-obra barata, sem vínculo/direitos trabalhistas, em condições ainda mais precárias que os profissionais, para que em muitos casos possa responder às mesmas demandas e exigências profissionais. (GUERRA, BRAGA, 2009, p. 16).

Diante dessa realidade, observa-se a fala de Joana “Infelizmente a gente sabe que tem profissionais que supervisionam apenas para dividir trabalho, mas para mim não é assim, além de estar no código de ética, é um compromisso, estamos contribuindo para a formação profissional e para a evolução da profissão”.

Percebe-se que a fala da Joana evidencia a realidade de muitos estagiários, contudo, para superar esta situação torna-se necessário que a supervisora possua compromisso com a formação profissional.

Ademais, é notório que na sociedade capitalista, por vezes, os indivíduos ficam subordinados aos interesses do capital e, no que se refere ao processo de supervisão de estágio, percebe-se que a necessidade de subsistência dos

estagiários e de sua família, a escassez de campos de estágio e, finalmente, a precarização do trabalho do assistente social, nos diversos campos de trabalho, influenciam diretamente na contratação de estagiários como mão de obra barata. Nesse sentido, para Oliveira (2004, p.77)

Devido à situação socioeconômica imperante, sob a lógica neoliberal, os estágios estão adquirindo crescentemente o caráter de emprego para o estagiário, inclusive no Serviço Social: muitos alunos têm o estágio como fonte de renda, inclusive para pagamento das mensalidades escolares, e isto tem refletido diretamente na formação profissional.

Diante dessa complexa realidade, torna-se primordial compreender a relevância dos sujeitos envolvidos no estágio. “A compreensão dos diferentes papéis é fundamental para o necessário desenvolvimento do estágio supervisionado, evitando-se equívocos que comprometem a efetivação da referida atividade”. (OLIVEIRA, 2009, p. 8).

O início do estágio se caracteriza pela inserção do discente na instituição campo de estágio com o intuito de capacitá-lo para o futuro exercício profissional. O estagiário deve realizar as atividades presentes no plano de estágio com compromisso ético, de acordo com as legislações que norteiam a profissão.

Já as duas dimensões da supervisão de estágio²⁴, a supervisão de campo e a supervisão acadêmica são distintas, mas se relacionam dado que a supervisão de campo e a acadêmica possuem suas especificidades, porém, ambas são atividades privativas do assistente social.

De acordo com a Resolução nº. 533/2008, a supervisão de estágio é um momento relevante para a formação profissional do discente. Caracteriza-se na atividade de ensino e aprendizagem e [...] na articulação entre pesquisa e intervenção, que se consubstancia como exercício teórico-prático mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais, objetivando a formação profissional e o conhecimento da realidade institucional. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2008, p. 2).

Torna-se necessário ressaltar que as duas dimensões possuem responsabilidades em comum, tais como

²⁴ Segundo Guerra e Braga (2009, p. 2), “a supervisão de estágio aparece como uma atribuição profissional desde a primeira versão da lei de regulamentação da profissão, que data de 1952, sendo aprovada em 1957”.

[...] o planejamento e o encaminhamento conjunto das atividades inerentes ao estágio, e o reconhecimento da corresponsabilidade entre unidade de formação acadêmica e campo de estágio, não significa diluir as particularidades e especificidades das dimensões formativas, mas “sim reconhecer a indissociabilidade entre teoria e prática e reafirmar a necessária relação de cooperação e intercâmbio entre essas duas instâncias de formação no processo de construção do estágio”. (BOSCHETTI, 1997, p. 40).

Durante o processo de supervisão de estágio, o supervisor de campo deverá orientar as atividades desenvolvidas pelo estagiário, em consonância com o código de ética do (a) assistente social e com as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas da profissão, já abordadas nesse estudo.

As atividades desenvolvidas e acompanhadas pelo supervisor de campo na instituição, auxiliarão as reflexões e orientações realizadas pelo assistente social no exercício da docência durante o processo de supervisão acadêmica.

O assistente social da instituição de campo tem, como competências, o acompanhamento, a orientação e a avaliação do estagiário no cotidiano profissional. Para Oliveira (2004, p. 72) “A principal característica do supervisor de campo é o acompanhamento do estagiário na dinâmica do cotidiano do campo de estágio, construindo o ‘elo privilegiado’ na capacitação para o exercício profissional”.

Por meio da entrevista, a Supervisora Joana relatou sua apreensão acerca de iniciar o processo de supervisão de campo “No começo da minha atuação profissional enquanto assistente social eu queria muito ser supervisora de campo, porém estava insegura, por isso decidi atuar por um ano para ter experiência e depois começar a supervisionar”.

Já a outra participante da pesquisa graduada desde 1989, relatou um aspecto interessante sobre uma recomendação de quando o assistente social deve iniciar a supervisão de estágio.

No meu primeiro emprego enquanto assistente social eu já era supervisora de estágio, foi uma situação peculiar porque eu era recém-formada e na época nós tínhamos uma orientação dos docentes da FCHS de atuar como assistente social por no mínimo dois anos para ter experiência profissional antes de supervisionar estagiários (**Ana**).

Ainda, segundo Ana, essa orientação dos docentes da FCHS não foi redigida em nenhum documento, somente era expressa verbalmente nas aulas.

Vale ressaltar que essa orientação não consta nas legislações acerca do estágio e se caracteriza como uma questão relativa, pois depende da vontade, segurança e disponibilidade do assistente social para supervisionar e/ou das

possibilidades de infraestrutura e/ou de autorização da instituição a qual o profissional atua.

Ademais, essa confiança, segurança, ou seja, o profissional sentir-se preparado/capacitado para supervisionar estagiários variam de acordo com a sua vivência profissional, acadêmica e pessoal, o fato do profissional ter se graduado a pouco tempo não significa que ele irá sentir-se inseguro para assumir tal compromisso.

Salienta-se que a supervisão acadêmica realizada pelo docente do curso de Serviço Social, na UFA, compreende ações voltadas para orientar e avaliar o estagiário. De acordo com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (2010, p. 20): “O supervisor acadêmico deve auxiliar o (a) estagiário (a) no processo de sistematização do conhecimento, orientando e revisando suas produções teóricas, como também contribuindo no processo pedagógico de análise do trabalho profissional”.

Para Guerra e Braga (2009), “A supervisão é expressão da unidade teoria e prática. Uma unidade dialética e interdependente que pressupõe a contradição, aproximações sucessivas e a construção de saberes”.

Nesse sentido, a supervisão de estágio deve ser direta, ou seja, o supervisor de campo e o supervisor acadêmico devem estar articulados, em consenso acerca das ações desenvolvidas pelo discente no campo de estágio.

A supervisão de estágio realizada conjuntamente pelo supervisor acadêmico e de campo deve ser exercida articuladamente: um supervisor deve conhecer o outro e os respectivos processos institucionais que abarcam o processo de estágio. Assim conforme preconiza o projeto ético-político, é indicativa a realização de encontros periódicos sistemáticos entre supervisores. (CAPUTI, 2014, p. 164).

Considerando-se as especificidades da supervisão, ressalta-se que a supervisão de campo é inerente ao exercício profissional do assistente social, dessa forma os cursos de Serviço Social e a categoria profissional devem refletir e repensar a relevância deste processo.

Segundo Buriolla (2001) “A supervisão é inerente ao exercício profissional, e, enquanto a categoria e os cursos de Serviço Social não a considerar significativa e não refletir e a incorporar dentro das preocupações da profissão, a própria formação estará ‘falha e comprometida”.

Nesse sentido, torna-se evidente que o processo de estágio supervisionado é considerado um momento relevante para a formação e para a profissão, pois este vincula a formação e o exercício profissional do (a) assistente social; nesse sentido, a qualidade ou a precariedade de um refletirá no outro e, por conseguinte, na formação e futura atuação profissional do estagiário.

3.2 O estágio supervisionado na ótica das supervisoras de campo

Buscando alcançar os propósitos da presente pesquisa, este item do capítulo três possui o intuito de apresentar as categorias empíricas identificadas, compreendidas e analisadas a partir da fala dos participantes na entrevista.

Salienta-se que o conhecimento teórico construído e aprimorado por meio da pesquisa bibliográfica fundamentou a análise dos dados coletados na entrevista.

Segundo Prates (2012, p. 124) “Por tratar-se de estudos orientados pelo materialismo dialético e histórico, a coleta e articulação de dados empíricos objetivos e subjetivos, como mediação necessária é utilizada para tentar explicar os fenômenos investigados”.

As categorias empíricas são intrínsecas a realidade social das supervisoras de campo de estágio e propiciam a compreensão das vivências e das relações cotidianas presentes nesta sociabilidade.

Ademais, foram elencadas as categorias relevantes encontradas na realidade, buscando responder aos objetivos propostos desse estudo, destarte foram identificadas três categorias de análise: estágio, supervisão de campo de estágio, condições de trabalho do assistente social. Nesse sentido, cada categoria será discutida e analisada.

3.2.1 Estágio

O processo de estágio supervisionado tem grande significado para as participantes da pesquisa. Elas consideram que o estágio é uma atividade de ensino e aprendizagem, indissociável de todo conteúdo teórico, metodológico, ético-político, técnico-operativo, um momento importante e um componente fundamental da formação profissional do assistente social, pois no decorrer dessa atividade haverá

uma troca mútua por meio da vivência acadêmica, profissional e pessoal de cada sujeito participante.

“O estágio supervisionado é uma atividade pedagógica, o supervisor de campo precisa ter consciência de que ele faz parte, ele é sujeito do processo de formação profissional, pois a atividade que ele desenvolve é uma atividade pedagógica e que precisa estar vinculada e coerente com o projeto pedagógico do curso de Serviço Social; o estágio promove o ensino e a aprendizagem, ou seja, há um processo de ensino quando o supervisor e/ou o aluno traz explicações, orientações e possibilidades de ensino e também de aprendizagem, tanto o aluno quanto o supervisor estão ensinando e aprendendo, por isso depende de uma relação entre os sujeitos partícipes do estágio: estagiário, supervisor acadêmico e de campo”. **(Helena)**.

“Eu sei que a formação profissional não depende só do que o aluno desenvolve na universidade, ela necessita do estágio”. **(Ana)**.

Observa-se que as participantes consideram que o estágio é o primeiro contato do discente com a realidade de atuação do assistente social sendo possível que o estagiário compreenda as mediações presentes no trabalho profissional.

Eu valorizo muito o estágio, pois é o primeiro contato do estudante com a prática, é a primeira impressão e isso fica marcado para a vida toda, é o momento para acertar e errar, o momento para aprender. Eu tive uma ótima experiência enquanto estagiária, eu me identificava muito com a minha supervisora, ela era muito preocupada com a formação profissional. Foi muito bom, criou-se um vínculo muito legal. **(Laura)**.

A fala de Laura chama a atenção, pois a partir de sua identificação com a sua supervisora na época foi possível estabelecer um vínculo que traz boas recordações.

O estágio propicia que ocorra ou não a identificação entre estagiário e supervisor de campo, para que aconteça essa identificação torna-se necessário que o discente se identifique com a postura profissional e com as ações desenvolvidas pelo supervisor, caso contrário, o estágio poderá ficar comprometido e, conseqüentemente, atribuir experiências negativas para a formação profissional.

Devido ao seu caráter interventivo na realidade social, o estágio pode propiciar ao discente a construção de sua identidade profissional, esse pode identificar-se com a profissão, pois no desenvolvimento da referida atividade poderá compreender as mediações, as demandas, a intervenção profissional do assistente social, as possibilidades e os desafios presentes no cotidiano, destarte, o discente também poderá não identificar-se os princípios, com o projeto ético-político, com os campos de atuação e com as intervenções do Serviço Social na realidade.

Ademais, a supervisora Joana relatou que: “Eu lembro quando eu estava na graduação, eu tinha muita expectativa em relação ao estágio, pois esse proporciona que a gente se identifique ou não com a profissão”. **(Joana)**.

A fala de Joana chama a atenção, pois os discentes possuem expectativa acerca do estágio e o consideram como um divisor de águas no processo de formação profissional, muitos discentes esperam descobrir no decorrer do estágio se a profissão que escolheram está em consonância com seus ideais e perspectivas futuras, contudo, essa questão é subjetiva, altera de um indivíduo para o outro.

3.2.2 Supervisão de campo de estágio

Com relação a supervisão de campo, perguntamos para as participantes o que é necessário para exercer e como ocorre a supervisão de campo no ambiente de trabalho delas, as respostas elencaram vários aspectos relevantes. Um deles foi a horizontalidade na relação entre estagiário e supervisor, compreendendo que ninguém sabe mais que ninguém, apenas possuem conhecimentos diferentes devido as suas vivências pessoais, acadêmicas e profissionais.

“Eu respeito e aprendo muito com as estagiárias, nossa relação sempre foi horizontal, elas participam do planejamento, execução e avaliação das ações”. **(Joana)**.

“Nossa relação era horizontal, pensávamos juntas, inclusive as estagiárias vêm com um sangue novo, com a teoria fresquinha, com uma bagagem diferenciada, elas incentivam a gente porque quando você está dentro da instituição você acaba se acovardando diante de algumas situações e como as estagiárias estão de fora elas vêm como esse gás, essa coragem”. **(Ana)**.

A fala de Ana chama a atenção, pois diante dos diversos desafios cotidianos encontrados no ambiente de trabalho, muitas vezes o profissional se cala, não enfrenta esses desafios, talvez por estar cansado de argumentar, defender uma causa e não ter o apoio e/ou a aprovação da instituição e/ou dos colegas de trabalho, se cala buscando evitar conflitos, evitar sofrer represália e/ou manter seu emprego.

Outro aspecto comentado pelas supervisoras foi que por meio das indagações feitas pelo discente, o assistente social pode deixar a rotina do dia a dia e, refletir acerca das indagações e possibilidades elencadas pelo discente e, até repensar a sua prática profissional. Salienta-se que por vezes essas indagações e

reflexões do supervisor o aproximam da UFA e/ou de cursos de capacitação *online*, buscando retomar e/ou prosseguir seu processo de formação continuada.

“O docente e o supervisor de campo precisam ter consciência de que eles precisam ter uma formação continuada, eu vejo que o supervisor acadêmico e de campo no processo de supervisão de estágio estão desenvolvendo uma formação continuada, o supervisor de campo precisa buscar essa formação continuada para dar conta das demandas do cotidiano e da supervisão de campo”. (**Helena**).

“Para o supervisor poder oferecer orientações, para supervisionar e refletir sobre as atividades, ele precisa conhecer e o conhecimento nunca está acabado, então ele precisa buscar, a supervisão envolve a formação cotidiana”. (**Ana**).

Nesse sentido, o profissional deve sempre buscar aprender com o discente, o estágio deve propiciar a troca mútua de conhecimentos, compreendendo que o estagiário está em processo de formação profissional e o supervisor deve buscar prosseguir ou iniciar sua formação continuada.

O supervisor de campo deve estar sempre aberto a aprender, não deve colocar-se como dono do saber, mas como aprendiz junto com o estagiário, não te digo que o essencial para realizar a supervisão é a competência, habilidade e/ou a bagagem teórica, aliás o supervisor não precisa saber tudo, mas ele deve estar aberto para aprender junto, buscar junto, compreendendo que não temos todas as respostas, o Serviço Social não trabalha com receita, nesse sentido nós não somos os professores, somos aprendizes em processo de formação. (OLIVEIRA, 2009, p. 8).

Salienta-se que o estagiário tem que participar da rotina do profissional, por isso é fundamental o contato diário com o estagiário e um momento específico para a realização da supervisão. Acerca da periodicidade e de como ocorre o processo de supervisão de campo.

“Quando eu trabalhava na prefeitura, eu supervisionei vários estagiários, todos eram estudantes da FCHS. Considero que tive uma experiência muito positiva nesse processo enquanto supervisora de campo, eu realmente conseguia desenvolver a supervisão, diariamente nós tínhamos momentos para conversar sobre as atividades que haviam sido realizadas, os problemas e as possibilidades e, uma vez por mês nós sentávamos para estudar, ler um texto, discutir e refletir”. (**Helena**).

“Mensalmente para a realização da supervisão nós fechávamos a porta, conversávamos e estudávamos juntas”. (**Ana**).

“Sobre a periodicidade da supervisão, considero que pode ser realizada quinzenalmente, sendo fundamental para discutir a parte teórica relacionada ao trabalho”. (**Laura**).

“Esse ano a gente conseguiu melhorar um pouco o processo de supervisão, eu falo a gente porque eu e minha colega de trabalho compartilhamos a

supervisão, em um evento na FCHS a palestrante sugeriu a criação de um plano de estágio, acolhemos a sugestão e nesse plano a gente se propôs a realizar supervisões coletivas, pois agora em 2017 eu supervisionei três estagiárias, minha colega duas e tinha mais um estagiária da outra assistente social, ao todo eram seis estagiárias. Nós três queríamos fazer a supervisão mensalmente, porém devido a nossa grande demanda de trabalho para profissionais contratadas, nós não demos conta, durante o ano todo fizemos no máximo três ou quatro vezes, a gente queria ter estudado mais, discutido mais textos, por exemplo, quando vamos fazer oficinas com os usuários, nós queremos estudar e refletir antes, porém devido a nossa demanda de trabalho essa parte do aprofundamento teórico acaba ficando a desejar”. (Joana).

A supervisora Joana relatou que devido à grande demanda de trabalho para poucas profissionais, ela e suas colegas não conseguiram realizar a supervisão coletiva como haviam organizado de acordo com o plano de estágio que deve ser formulado de acordo com o projeto pedagógico do curso, buscando propiciar o diálogo entre os sujeitos participantes do estágio. Ademais, em relação a essa supervisão, vale ressaltar que segundo a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (2010, p. 31)

As experiências em âmbito nacional são as mais diversas. Há exemplos de supervisão coletiva, mas também individualizada; de supervisão que se dá nos locais de estágio e outras na UFA, etc. O que cabe à PNE orientar é que seja definida pelos projetos pedagógicos dos cursos, frente a suas realidades, a forma como será dada esta supervisão direta, desde que garantindo as bases legais em voga.

Ademais, as respostas das supervisoras foram diversas, evidenciando que as experiências profissionais vivenciadas e as condições de trabalho influenciam diretamente no planejamento e na execução da supervisão.

3.2.3 Condições de trabalho do assistente social

Nesta categoria, foi analisado como as condições de trabalho do assistente social tanto no setor público como no setor privado rebatem no planejamento e na execução da supervisão de campo de estágio.

Como já foi mencionado, Laura trabalha no setor privado e as supervisoras Helena, Ana e Joana atuam no setor público.

No decorrer da entrevista por meio das perguntas “Como é o seu cotidiano profissional?” e “Como o estágio acontece no seu ambiente de trabalho?” foi possível identificar respostas heterogêneas relacionadas a questões

interessantes e relevantes acerca das condições de trabalho e da experiência profissional das assistentes sociais enquanto supervisoras de campo.

Tem-se que por vezes dentro da instituição para desenvolver seu trabalho, o profissional não possui espaço físico adequado, ou seja, não possui uma sala para organizar seus documentos/relatórios, estudar, realizar atendimentos e a supervisão de estágio, essa ausência de infraestrutura adequada precariza o trabalho do assistente social e conseqüentemente precariza o processo de estágio, pois se o profissional atua em uma situação precária, o estagiário vivenciará essa realidade que poderá ocasionar uma experiência empobrecida e até frustrante para sua formação profissional.

“No meu primeiro emprego tive a sorte de ter ótimas estagiárias, contudo, quando mudei de emprego não tive uma experiência boa com uma estagiária, não pela estagiária, mas pelas condições de trabalho, pois, nós não tínhamos acesso aos equipamentos, ao transporte e, sobretudo eu não tinha uma sala, um lugar reservado, o que dificultava a realização da supervisão de estágio, sinto que a experiência para nós duas não foi boa”. (Laura).

A fala de Laura também chama a atenção em relação ao acesso aos recursos materiais e humanos.

“Eu sempre trabalhei muito, uma demanda muito grande para poucos profissionais contratados, nada de recurso, a área da assistência social sobrevive com as migalhas, realmente uma vida profissional muito difícil, o único recurso que tínhamos era nós mesmos”. (Ana).

“Trabalhar em entidade do terceiro setor é complicado, pois tem muito trabalho e pouco recurso humano, então você acaba fazendo tarefas que não são atribuição do assistente social, mas que não tem como não fazer, pois é uma equipe reduzida para muito trabalho. Nesse sentido, muitas vezes preciso desenvolver trabalhos burocráticos e eventos para captação de recurso fora do meu horário. Praticamente todos os meses de 2017 precisamos fazer eventos e o trabalho com os usuários ficou para o segundo plano”. (Laura).

As argumentações expressam a realidade de muitos profissionais que trabalham em condições precárias, essas contribuem para a precarização do serviço como um todo, inclusive podendo comprometer uma intervenção de qualidade e prejudicar o desenvolvimento de ações e o atendimento ao usuário.

Acerca da execução de atividades que não são atribuição do assistente social destaca-se a fala de Laura, a mesma atribui a causa a ausência de recurso humano, ou seja, poucos profissionais para atender uma vasta demanda, ela evidenciou que essa realidade é recorrente no terceiro setor, sobretudo devido a

ausência de recursos para contratação de profissionais e até manutenção da entidade, tornando-se necessária a realização de eventos para captação de recursos financeiros. O planejamento e execução desses eventos necessita de tempo e dedicação da profissional, nesse sentido a prioridade deixa de ser a atuação com os usuários.

Em relação as atividades que são desenvolvidas pelos discentes:

“Temos que proteger a estagiária, principalmente dentro de uma entidade, pois ela está ali para ser estagiária de Serviço Social, porém muitas vezes ela é vista como uma faz tudo, e se você não proteger a estagiária logo ela vai estar lá arrumando a cozinha, lavando louça. É muito difícil a diretoria ter essa compreensão, principalmente quando o estágio é remunerado, pois pensam que devido a remuneração ela deve ter uma obrigação maior. Quando a direção pede para as estagiárias fazerem tarefas que não atribuição do Serviço Social, eu converso muito com elas, falo que não é atribuição nossa, mas mesmo como profissional em uma entidade elas serão solicitadas a fazerem tarefas que não pertencem as suas funções, eu trago essas discussões para analisarmos a totalidade, porque infelizmente a gente não pode ser inflexível dentro da entidade, porque se agirmos de forma inflexível acabamos sem o emprego”. (Laura).

Percebe-se que tanto a supervisora como as estagiárias são solicitadas pela coordenação/chefia para realizarem tarefas que não são atribuição do Serviço Social. A fala da supervisora se contradiz, pois, ela relata defender as estagiárias para elas não realizarem essas tarefas e concomitantemente busca prepara-las para vivenciar a mesma situação em sua futura atuação profissional, argumentando que se faz necessário submeter-se a realização dessas atividades que não são função do assistente social para manter seu emprego. Porém, ressalta-se a reflexão de Caputi acerca da supervisão

Pensar o processo de supervisão coerente com o projeto ético-político requer afirmar compromisso com a concepção de luta pela efetivação da educação como instrumento de transformação da vida social, mediada por lutas e resistências aos ditames do capital, e que pode possibilitar uma educação libertadora, permanente, emancipadora e não engastada na lógica do ideário neoliberal que atravessa este momento histórico da sociedade brasileira. (CAPUTI, 2016, p.391).

Um dos desafios dos assistentes sociais é conseguir demonstrar e impor para a coordenação/chefe, para as demais profissões a qual atua em equipes interdisciplinares e multidisciplinares quais são as competências e atribuições profissionais do Serviço Social segundo as legislações que norteiam a profissão. Contudo, os profissionais estão inseridos em uma sociedade competitiva que possui disputas de poder e interesses antagônicos, nesse sentido, faz-se relevante a

preocupação do assistente social em ser demitido e perder o meio em que consegue seu sustento e de sua família.

Ressalta-se infelizmente que muitos profissionais são contratados por indicação, ou seja, por conhecerem e terem algum tipo de relação com alguém que trabalhe ou conheça alguém dentro da instituição e esta pessoa o indicar para o cargo, não avaliando a sua competência, mas a relação que possui com quem o indicou. Nesse sentido muitos assistentes sociais evitam defender sua opinião e até os princípios da profissão buscando evitar conflitos com receio de criar inimizade com alguém e posteriormente não conseguir um emprego como já mencionado nesta sociabilidade competitiva e desigual.

Salienta-se que a atuação profissional no setor público também enfrenta desafios. Segundo Joana “Já tive que deixar de supervisionar por estar sobrecarregada, cheia de trabalho atrasado por conta da grande demanda de que atendo no meu serviço”. (**Joana**).

“Na época em que eu trabalhava no setor privado eu trabalhava bastante, mas a minha demanda não era tão intensa como é hoje atuando como docente, antes eu tinha tempo para fazer a supervisão, a estagiária ia duas vezes por semana e ficava comigo o tempo todo, nos dias que ela ia era dedicação integral e exclusiva para a estagiária, foi muito bom, eu acredito que a estagiária teve uma reflexão positiva sobre o processo de estágio dela, pois eu tive, eu consegui ver que foi muito bom, pois ter tempo para dedicar a essa ação é fundamental, então hoje, eu me organizo para ter esse tempo, deixo de fazer outras coisas para ter tempo, mas naquela época eu tinha tempo para me dedicar, fazia parte do meu cotidiano, eu não tinha que abrir mão de nada para ter tempo.” (**Helena**).

Percebe-se que Helena refere-se à intensificação de sua demanda de trabalho enquanto docente de uma universidade pública que desenvolve a tríade universitária (ensino, pesquisa e extensão), sobretudo os docentes são muito cobrados para produzir conhecimentos por meio de pesquisas e publicar em revistas científicas especializadas da área, essa cobrança sobrecarrega os mesmos e por vezes limita o tempo dos profissionais para se dedicarem ao ensino, a extensão, a outras atividades acadêmicas e até para realizarem a supervisão de estágio, fazendo com que o profissional tenha que optar por meio de uma escala de prioridade qual atividade irá desenvolver.

Contudo, diante dos desafios encontrados na realidade social, a supervisora Ana discorre acerca de formas de enfrentamento e superação dos limites cotidianos.

“Apesar de todas as dificuldades, diante de uma demanda muito grande eu não compreendo uma colega dizer que não temos o que fazer, pois temos muito a fazer, principalmente porque o nosso principal instrumento de trabalho é o conhecimento e esse deve estar a serviço da população, o trabalho educativo que fazemos, de informação, orientação, nossa ferramenta de trabalho é a fala e nossos instrumentos são as reuniões, entrevistas e visitas. Eu gosto muito de trabalhar na perspectiva do coletivo, que os usuários conseguissem se enxergar na demanda do outro, sempre tinha muito trabalho e muito material pedagógico para os estagiários”. (Ana).

Outro aspecto relevante presente na fala das participantes foi o compromisso com a profissão.

“A demanda de trabalho enquanto docente e pesquisadora é grande, assim é um desafio realizar a supervisão de campo, porém eu consigo me organizar, o que me estimula é o meu compromisso com a formação profissional, pois se eu não tivesse esse compromisso eu não iria dispor mais o meu tempo com mais esse trabalho de supervisionar. Então é o meu compromisso com a qualidade da formação”. (Helena).

“O supervisor precisa ter compromisso com o processo de supervisão, com a formação profissional, com a competência profissional, com a própria profissão, pois ele está participando do processo de formação de um novo profissional, este último depende da qualidade do estágio para conseguir ser um bom profissional. Nesse sentido, o compromisso é fundamental, se ele tiver conhecimento e participar de vários processos de formação continuada, mas não tiver compromisso, o processo de estágio fica comprometido”. (Ana).

“É importante que o assistente social tenha comprometimento e a dimensão ético-política principalmente, a supervisão além de estar no código de ética, é um compromisso, estamos contribuindo para a formação profissional e para a evolução da profissão”. (Joana).

Apesar dos limites presentes no cotidiano profissional do (a) assistente social na contemporaneidade, as participantes mostraram-se interessadas, preocupadas e comprometidas com a formação profissional e com o processo de supervisão de campo.

Ao analisar as falas das participantes, evidenciou-se que os (as) assistentes sociais estão inseridos (as) em uma sociedade capitalista permeada por desigualdades sociais e que o processo de supervisão ocorre nesse contexto e sofre com os desafios advindos da precarização das condições do trabalho.

Diante dessa realidade, justifica-se a preocupação acerca das condições em que o trabalho e a supervisão são desenvolvidas, já que estes fatores influem diretamente na formação e futura atuação profissional do discente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou trazer elementos acerca das condições de trabalho do (a) assistente social supervisor (a) de campo e os seus rebatimentos na formação profissional do (a) estagiário (a). O objetivo geral visou investigar e analisar como ocorre o cotidiano da supervisão de campo frente à precarização das condições de trabalho.

A pesquisa evidenciou as preocupações com o processo de estágio supervisionado no âmbito do Serviço Social, pode-se concluir que esta preocupação é predominante na profissão. Contudo, antes da criação das Diretrizes Curriculares e da PNE a discussão acerca do estágio e do processo de supervisão não tinham destaque dentro da categoria e, a partir da criação das mesmas o estágio passa a ter mais visibilidade, sendo mais discutido e possuindo mais publicações acadêmicas em congressos e periódicos, estas são coerentes, em consonância com o projeto ético-político e com a formação profissional. Porém, ressalta-se que apesar da temática ter ganhado mais destaque nas discussões, ainda é preciso avançar e propor novas formas de enfrentamento para os desafios.

Outro aspecto que a cada dia chama mais a atenção dos estudiosos da temática, são as condições em que essa atividade é planejada e desenvolvida, pois os sujeitos partícipes do estágio estão inseridos em uma sociabilidade capitalista, competitiva, permeada de desigualdades sociais e que prioriza a ampliação do lucro, a acumulação de riquezas nas mãos de poucos, em detrimento da exploração de muitos trabalhadores e de suas relações humanas e sociais. Vivencia-se um contexto de constante degradação do mundo do trabalho como um todo e de precarização da educação, sobretudo do ensino superior.

Tem-se que nessa realidade antagônica permeada de lutas de classes e desigualdades sociais está inserido o objeto de estudo da presente pesquisa. Nesse sentido, com intuito de alcançar os propósitos da pesquisa, tornou-se necessário realizar uma reflexão acerca do processo de formação profissional em Serviço Social na atualidade, do trabalho na sociedade capitalista e das condições de trabalho do assistente social.

Salienta-se que o trabalho possui um significado central na vida do homem, inicialmente surge para satisfazer suas necessidades por meio da transformação da natureza, sobretudo, através da prévia-ideação ele pensava os resultados de sua ação, sendo possível satisfazer suas necessidades e posteriormente criar novas necessidades. Ademais, com o advento da sociedade

capitalista, o homem inicia o desenvolvimento de um trabalho alienado, o que o homem produz não pertence mais a ele, pertence ao capitalista que compra a sua força de trabalho, controla suas ações e restringe sua criatividade em detrimento da realização de tarefas repetitivas, destarte, nesta sociabilidade o consumismo impera, sendo criadas a cada dia novas necessidades.

Sabe-se que é nesse cenário que o assistente social está inserido, vivenciando a precarização das condições em que este trabalho é realizado, tais como: baixos salários, flexibilização, terceirização, desemprego, cobrança para realização de atividades que não são atribuição do assistente social e de tarefas burocráticas que não prezam por uma reflexão crítica.

Destarte, entende-se que o processo de supervisão não propicia somente que o discente construa a dimensão técnica e operativa do trabalho, do fazer profissional, mas também torna-se possível a construção teórico-metodológica e ético-política, compreendendo que essas dimensões compõem a atuação profissional. No decorrer do estágio, o discente poderá compreender e construir as dimensões teórico-metodológica e ético-política por meio de formulação de projetos, ações, intervenções, criação de estratégias que necessitam de embasamento teórico e de uma postura ética e política em consonâncias com os princípios da categoria. Tem-se que a supervisão deve ocorrer na perspectiva dialética, de totalidade e, este processo deve expressar a dimensão teórico-prática da formação profissional.

Nesse sentido, buscando compreender como a supervisão ocorre no ambiente de trabalho dos (as) supervisores (as), a pesquisadora enviou um convite para os (as) setenta e oito supervisores (as) vinculados (as) ao NESS, entretanto, só obteve dezenove respostas, o que sugere uma possível ausência de interesse acerca do estágio supervisionado, do processo de formação e das condições de trabalho do (a) assistente social e/ou indisponibilidade de tempo para participar da pesquisa e/ou não autorização da instituição para o profissional participar, dentre outros motivos que podem ter influído nesse dado.

Foram analisados dezenove questionários que evidenciaram as diversas realidades em que as profissionais atuam, incluindo a quanto tempo se formaram, a área de atuação, o município, a natureza da intuição (pública ou privada), a carga horária de trabalho semanal, a quantidade de estagiários (as) que supervisionam e o tipo de vínculo empregatício.

Após a transcrição e análise das falas tornou-se possível identificar três categorias empíricas: estágio, supervisão de campo, condições de trabalho do assistente social, essas foram discutidas no terceiro capítulo e demonstraram que as supervisoras acreditam que o estágio supervisionado é um relevante momento da formação profissional, que propicia a compreensão das mediações, dos limites e possibilidades presentes no cotidiano de atuação e, que a referida atividade possibilita que a supervisora reflita acerca de sua atuação profissional e de questões políticas e sociais que permeiam sua realidade.

Evidenciou-se que as participantes possuem preocupação acerca do processo de formação continuada, pois as supervisoras devem colocar-se juntamente com os discentes enquanto sujeitos em processo contínuo de aprendizagem para conseguirem supervisionar e atender sua demanda de trabalho dentro das instituições, foi destacado que deve haver horizontalidade entre os sujeitos partícipes da referida atividade, valorizando o conhecimento científico e empírico adquiridos por meio da vivência de cada indivíduo.

Ressalta-se que neste contexto de precarização das condições de trabalho, antes do (a) assistente social assumir a atribuição e compromisso de supervisionar estagiários, ele (a) já possui uma demanda de trabalho, atendimentos, relatórios e projetos a serem realizados, desse modo muitos profissionais tem receio de ficarem sobrecarregados e optam por não serem supervisores de campo, não assumindo essa atribuição da profissão.

As participantes refletiram acerca de sua demanda e, algumas concluíram que a supervisão de estágio, a formação continuada e até o atendimento ao usuário ficam em segundo plano devido à vasta quantidade de trabalho para poucos profissionais contratados, uma equipe reduzida.

Contudo, no decorrer da pesquisa um elemento mostrou-se fundamental para que mesmo diante dos desafios as participantes continuem supervisionando, o compromisso com a formação, a atuação e com a profissão por meio do estágio supervisionado, pois mesmo diante da extensa demanda, da burocracia institucional e da precarização do trabalho, as participantes consideraram que quando a profissional assume essa atribuição está contribuindo diretamente com a formação, futura atuação do discente e concomitantemente com profissão.

Ademais, observa-se que a fala da Laura chamou atenção, a participante atua em uma entidade do terceiro setor no município de Franca e relatou que em

seu cotidiano é preciso defender as estagiárias dentro da instituição, pois a coordenação solicita que as mesas executem atividades que não são atribuição do Serviço Social, porém simultaneamente ela conversa com as discentes preparando-as para vivenciar e de certa forma aceitar essas situações em sua futura atuação profissional, alegando que se a profissional não se submete dentro de uma instituição ela corre o risco de perder o seu emprego.

O relato vai ao encontro do objeto de estudo da pesquisa e, representa a realidade de muitas assistentes sociais que vivenciam cotidianamente esse desafio e explicita que as condições em que o trabalho é desenvolvido influem diretamente no desenvolvimento do exercício profissional, da supervisão de campo, do estágio e da futura atuação profissional do discente

Observa-se que as demais participantes atuam no setor público e, relataram possuírem autonomia para desenvolver suas atividades e que na maioria das vezes elas e as estagiárias não são cobradas para realizarem tarefas que não são atribuição do assistente social, porém enfrentam outros desafios em seu cotidiano.

A realidade é desafiadora e como já mencionado, permeada por limites institucionais, tais como: cobranças para a realização de ações que não são atribuição do Serviço Social e de tarefas burocráticas que não valorizam e não possuem uma perspectiva de totalidade, ausência de infraestrutura adequada, vasta demanda para poucos profissionais, hierarquização profissional e baixos salários, tanto no setor público como no privado. Neste contexto de degradação do mundo do trabalho contemporâneo, a atuação profissional sempre será permeada por desafios que comprometem a qualidade dos atendimentos e ações, e como mencionado anteriormente estes desafios rebatem diretamente e afetam o desenvolvimento e a qualidade da supervisão de estágio.

A problematização e o objeto de estudo fizeram-se presentes em todas as etapas, reflexões e análises da dissertação, nesse sentido, os resultados alcançados propiciaram a construção de conhecimento e contribuíram para ampliar os horizontes e avançar na discussão acerca da temática. Tem-se os seguintes resultados:

A aceitabilidade, disponibilidade e interesse das supervisoras foi primordial para trazer elementos significativos da realidade social e possibilitar a compreensão acerca da temática.

A percepção que as participantes possuem acerca do processo de estágio, sobretudo da supervisão de campo mostra-se em sintonia com a compreensão e definição das legislações vigentes e da própria profissão.

Outro aspecto relevante é que as supervisoras compreendem que vivenciam em seu cotidiano a precarização do trabalho e problematizam essa realidade dentro da instituição, em reuniões e eventos promovidos pela categoria.

A relevância do processo de formação continuada para uma atuação profissional e supervisão de campo de qualidade e em coerência com o projeto ético-político, fazendo-se necessária a indissociabilidade entre o fazer profissional e a formação permanente.

Apesar das participantes compreender a concepção do processo de estágio, nem sempre a supervisão de campo de estágio é desenvolvida em consonância com o projeto ético-político e nem com o projeto de formação profissional em todos os campos de estágio, devido aos diversos desafios vivenciados no cotidiano profissional, em um contexto de precarização do trabalho como um todo e concomitantemente das condições em que este é desenvolvido e em que a supervisora está inserida. Na elaboração da pesquisa evidenciou-se que as condições de trabalho são determinantes para a atuação profissional da assistente social e para o processo de supervisão de campo de estágio, influenciando na formação profissional.

Diante do exposto, buscando agregar mais qualidade ao trabalho profissional e concomitantemente a supervisão, a formação e a futura atuação do estagiário, faz-se primordial elencar formas de superação dos desafios, ou seja, possibilidades de enfrentamento dessa complexa e contraditória realidade, buscando contribuir para o fortalecimento da Política Nacional de Estágio. Salienta-se que essas possibilidades necessitam de um olhar crítico acerca da totalidade.

Destarte, a presente pesquisa elencou as seguintes estratégias de enfrentamento:

A organização, o planejamento e o embasamento teórico são essenciais para que as assistentes sociais possam argumentar mostrando a relevância de suas ações, atribuições e prioridades.

Oliveira afirma que “O processo de estágio se mostra como uma forma de oxigenação da ação profissional”. Nesse sentido, observa-se que processo de supervisão de campo também pode apresenta-se como uma forma de

enfrentamento e resistência, pois conforme o estagiário questiona a supervisora em diversos momentos acerca do trabalho profissional, da rotina, da profissão, das demandas, do cenário político e social do país pode propiciar que ela reflita acerca de sua realidade e de sua atuação profissional, nesse sentido, torna-se possível quebrar o ciclo da rotina, mesmo que rapidamente, para refletir.

A formação continuada também é uma forma de resistência, pois possibilita que a profissional se aproxime das UFA, dos fóruns, dos eventos e das discussões da categoria, o que pode ocasionar a construção de conhecimentos, reflexões e análises e até da própria atuação da supervisora.

Outra forma de superação dos desafios e fortalecimento da atuação profissional e supervisão de campo é que as UFAs discutam amplamente o significado e as formas de execução dessas categorias na realidade concreta.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. A. R. A. **Pensar e repensar a formação profissional:** a experiência do curso de Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP - Franca. 2007. Tese (Livre-Docente) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2007.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Boitempo, 2015.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Adeus ao trabalho:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS.** Brasília, DF, 2010.

BONZATTO, E. A. **Tripalium:** o trabalho como maldição, como crime e como punição. São Paulo: Letras, 1998.

_____. ; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 123, p. 407-27, 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS): Norma Operacional Básica (NOB/SUAS).** Brasília, DF, 2005.

_____. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 set 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 22 nov. 2017.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 dez 2004. Seção 1. p. 34. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.

BRETAS, V. As melhores e piores 100 grandes cidades do Brasil. **Exame**, São Paulo, mar. 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/o-ranking-do-servico-publico-nas-100-maiores-cidades-do-brasil/>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

BOURGUIGNON, J. A. O processo da pesquisa e suas implicações teórico-metodológicas e sociais. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 41- 52, 2006.

CAPUTI, L. **Supervisão de estágio em Serviço Social: tempo de mundialização do capital – desafios cotidianos e (re) significados!** 2014. 228f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

_____. Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 389-394, out./dez. 2016.

CARVALHO, L. M. G. X.; AZEVEDO, C. A. S. **O profissional liberal**. Brasília, DF, set. 2015. Disponível em: <<http://www.cnpl.org.br/new/index.php/90-conteudo-estatico/767-o-profissional-liberal>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº. 510, de 07 de abril de 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 12ª REGIÃO. **Orientação técnica nº 01/2013**. Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Orienta%C3%A7%C3%A3o-T%C3%A9cnica.pdf>> Acesso em: 10 out. 2017.

GRANJEIRO, G.; CARDOSO, R. **Acabou mesmo a estabilidade do servidor público?** Brasília, out. 2017. Disponível em: <<https://blog.grancursosonline.com.br/pode-o-servidor-publico-ser-demitido/>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M. et al.(Org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2012. v. 2.

_____; BRAGA, M. E. Supervisão em Serviço Social. In: CFESS; ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, CFESS, 2009. Unidade V.

HIRANO, S. Política e economia como formas de dominação o trabalho intelectual em Marx. **Tempo Social: Revista de Sociologia**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 1-20, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Geociências: por cidade e estado: Franca (SP)**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/franca/panorama>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 230p.

LEHFELD, N. A. S. (Org.). **Prática de pesquisa**. Franca: Ed. UNESP, 2004.

LESSA, S. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social**. mod. 2. Brasília, DF: CEAD-UNB, 1999. p. 20-33.

MARGLIN, S. A. Origem e funções do parcelamento das tarefas. In: GORZ, A. **Divisão social do trabalho e modo de produção capitalista**. Lisboa: Escorpião, 1976.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. Cortez, 2011.

_____.; RODRIGUES, M. L.; MUCHAIL, S. T. **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: EDUC PUC-SP, 1995.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. L. 1.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2014.

_____. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Conselho Federal de Educação. Parecer CFE nº 412, de 4 de agosto de 1982. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1º. jun. 1982. Disponível: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd010113.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2018.

OLIVEIRA, C. A. H. S. **A centralidade do estágio no processo de formação profissional em serviço social**. Franca, 2003, 178p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2003.

_____. Estágio supervisionado curricular em serviço social: elementos para reflexão. **Temporalis**, nº 17, jan/jul. Brasília: ABEPSS, p. 99-110, 2009.

_____. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, n. 80, p. 59-81, nov. 2004.

PAULO NETTO, J. A construção do Projeto Ético-político do Serviço social frente à crise contemporânea. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e serviço social**. Mod. 1. Brasília, DF: CFESS : ABEPSS : CEAD-UnB, 1999.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. (Orgs.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**, São Paulo: Cortez, v. 4, 2006.

PIANA, M. C. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PINA, D. **Jornal do CRESS-SP**. Número 84, Julho/Agosto/Setembro – 2016. 71.

PRATES, J. C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012.

RAMOS, S. R. As Diretrizes Curriculares e a Política Nacional de Estágio: fundamentos, polêmicas e desafios. **Revista Temporalis**, Brasília, DF, ano IX, n. 17, p. 21-38, jan./jun. 2009.

SGARBI, G. S. N. **Formação profissional em Serviço Social: adentrando o universo do estágio supervisionado**. Franca, 2015, 56f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2015.

SANTOS, C. M. dos. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas do Serviço Social. **Revista Conexões Geraes**, CRESS-MG, nº 3, ano 2, p. 25-30, 2º semestre, 2013.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: Ferretti, Celso J. *et al.* (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis/ RJ: Vozes, p. 147-164, 1994.

SPOSATI, A. **Vida Urbana e Gestão da pobreza**. São Paulo: Cortez, 1988.

TEIXEIRA, E. B. A análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**, Rio Grande do Sul, ano 1, n. 2, jul/dez, p. 177-201, 2003.

TRATA BRASIL. Ranking do Saneamento Básico do Instituto Trata Brasil. **Trata Brasil: Saneamento é Saúde**. São Paulo, [s.a]. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/franca-atinge-a-universalizacao-da-coleta-dos-esgotos>>. Acesso em 05 mar 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **História da criação da UNESP**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www2.unesp.br/portal#!/sobre-a-unesp/historico/>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

_____. **Grupos de pesquisa - Serviço Social**. São Paulo, 2018a. Disponível em: <<http://www.unesp.br/portal#!/prope/grupos-de-pesquisa-unesp/definicao-e-criterios/>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

_____. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. **Grupos de pesquisa: definição e critérios estabelecidos pela PROPe**. Franca, 2017b. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br#!/pesquisa/grupos-de-pesquisa/grupos-de-pesquisa----fchs/servico-social/>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

_____. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. **Cursos de graduação – Serviço Social**. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br#!/graduacao/cursos-teste/servico-social/>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

_____. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. **Regulamento do Núcleo de Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”**. Franca, 2014. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/Home/Graduacao37/regulamento-ness-06052014.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. Faculdade de História, Direito e Serviço Social. **Regimento Interno do Setor de Estágio**. Franca, 2001. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/Home/Graduacao37/regimento-interno-do-estagio-curricular.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. **NESS – Núcleo de Estágio em Serviço Social**. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br#!/graduacao/estagio-de-servico-social/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A - CONTATO COM AS SUPERVISORAS DE CAMPO

Prezado (a) profissional,

Venho por meio deste contato convidá-lo (a) a participar da minha pesquisa de mestrado intitulada “*SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: as condições de trabalho do (a) assistente social supervisor (a) de campo e os rebatimentos na formação profissional do (a) estagiário (a)*”, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Piana, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP, Campus de Franca/SP.

Os sujeitos da pesquisa serão assistentes sociais no exercício da supervisão de campo de estágio, que atuam em uma instituição vinculada ao Núcleo de Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Serviço Social, doravante NESS da UNESP – Campus Franca.

O intuito da pesquisa é compreender e analisar as condições de trabalho do (a) assistente social, enquanto supervisor (a) de campo e seus rebatimentos na formação profissional do estagiário.

A pesquisa obedecerá à Resolução nº. 466, de 12 de dezembro de 2012, pois a mesma envolverá seres humanos, e todo o trabalho será embasado pelo Código de Ética do Assistente Social, respeitando-se a confidencialidade das informações e anonimato dos sujeitos.

Este é o nosso primeiro contato, dentre outros vindouros. Inicialmente, caso aceite participar da pesquisa, responda ao questionário.

Sua participação será de suma importância para o alcance dos objetivos da pesquisa. Desde já, agradeço!

Cordialmente,

Gabrielle Stéphanie Nascimento Sgarbi

Assistente social

Mestranda em Serviço Social pela UNESP Franca

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTUTADO

1 - Nome:

2 - Idade:

3 - Estado civil:

4 - Você tem filhos? Quantos?

5 - Graduação:

Pública

Privada

6 - Modalidade da graduação:

Presencial

Semipresencial

Educação à distância

7 - Você continua estudando por meio de algum curso? Qual?

8 - Você participa de atividades voltadas para a supervisão de estágio, tais como, reuniões promovidas pelo NESS e fóruns de estágio? Quais?

Reuniões de supervisores

Fóruns de estágio

Outras atividades

Nenhuma atividade

9 - Há quanto tempo atua na área?

10 - Há quanto tempo atua na instituição que está atualmente?

11 - Há quanto tempo você é supervisor (a) de campo de estágio?

12 - Quantos estagiários você supervisiona?

13 - Você possui quantos vínculos empregatícios? Quais são e qual a carga horária em cada?

14 - Qual é o tipo de vínculo empregatício que possui?

Celetista

Contrato temporário

Prestador (a) de serviço

Informal

Outro

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS SUPERVISORAS DE CAMPO

1 - Qual a sua experiência na área do Serviço Social?

2 - Como é o seu cotidiano profissional?

3 - Para você, o que é estágio supervisionado?

4 - Como o estágio acontece no seu ambiente de trabalho?

5 - O que é necessário para exercer a supervisão de campo de estágio?

ANEXOS

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: as condições de trabalho do (a) assistente social supervisor (a) de campo e os rebatimentos na formação profissional do estagiário (a)

Pesquisador: Gabrielle Stéphany Nascimento Sgarbi

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 80795417.9.0000.5408

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.565.602

Apresentação do Projeto:

O projeto foi apresentado de forma clara e concisa. Todos os elementos necessários para a compreensão da pesquisa, notadamente sobre como se dará a pesquisa de campo, estão presentes.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo principal da pesquisa foi explicitado de forma clara e direta, a saber: "Investigar como ocorre a supervisão de campo frente à precarização das condições de trabalho, tais como: vasta demanda de serviço para poucos profissionais contratados, cobranças exacerbadas para a realização de atividades rotineiras e burocráticas".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os potenciais riscos foram bem considerados, sobretudo no que tange o sigilo dos sujeitos da pesquisas e de suas respostas. Análise das perguntas a serem feitas não suscitou por parte desta relatoria preocupações maiores. Os benefícios também foram suficientemente conjecturados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Como toda pesquisa bem orientada, a presente é relevante e apresenta de forma clara como se dará o contato com os sujeitos participantes da pesquisa, ao todo 78 indivíduos.

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



Continuação do Parecer: 2.565.602

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória foram corretamente preenchidos e inseridos, a saber: Informações Básicas do Projeto, Folha de Rosto, Termo Consentimento Livre e Esclarecido, autorizações da instituição onde se pretende pesquisar, arquivo com o projeto original completo, questionário semi-estruturado de perguntas a serem feitas aos sujeitos da pesquisa.

Recomendações:

Sem recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conclui-se pela APROVAÇÃO do presente projeto de pesquisa. Não há pendências ou inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

O colegiado aprova o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_959849.pdf	28/02/2018 23:54:35		Aceito
Outros	Questionario.doc	28/02/2018 23:45:31	Gabrielle Stéphanie Nascimento Sgarbi	Aceito
Outros	Roteiroentrevista.doc	28/02/2018 23:39:19	Gabrielle Stéphanie Nascimento Sgarbi	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEGabrielle.pdf	27/11/2017 13:17:52	Gabrielle Stéphanie Nascimento Sgarbi	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	NESS.docx	16/10/2017 13:33:11	Gabrielle Stéphanie Nascimento Sgarbi	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.docx	16/10/2017 13:30:45	Gabrielle Stéphanie Nascimento Sgarbi	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoGabrielleSgarbi.doc	16/10/2017 12:07:23	Gabrielle Stéphanie Nascimento Sgarbi	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



Continuação do Parecer: 2.565.602

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FRANCA, 27 de Março de 2018

Assinado por:
Helen Barbosa Raiz Engler
(Coordenador)

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br

ANEXO B - TERMO DE COMPROMISSO LIVRE E ESCLARECIDO




TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____
 DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____. IDADE: ____
 DOCUMENTO DE IDENTIDADE: ____ Nº ____ SEXO: M () F ()
 ENDEREÇO: _____
 BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____
 CEP: _____ FONE: _____

Eu, _____, declaro para os devidos fins que fui convidado (a) e informado (a) verbalmente e por escrito acerca da pesquisa intitulada "*Supervisão de Estágio em Serviço Social: as condições de trabalho do (a) assistente social supervisor (a) de campo e os rebatimentos na formação profissional do estagiário (a)*", sob a responsabilidade das pesquisadoras Gabrielle Stéphanly Nascimento Sgarbi, discente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Campus Franca e Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Piana, orientadora da pesquisa, docente do curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social da UNESP/Campus Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para elaboração e apresentação de Dissertação de Mestrado em Serviço Social, observando os princípios éticos da pesquisa científica e respeitando-se a confidencialidade das informações e anonimato dos sujeitos. Essa pesquisa possui o intuito de investigar como ocorre a supervisão de campo de estágio frente à precarização das condições de trabalho e seus rebatimentos na formação profissional do estagiário (a). Fui esclarecido acerca dos propósitos da pesquisa, dos procedimentos metodológicos que serão utilizados, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, ____ de ____ de ____

Assinatura do participante _____

 (assinatura)

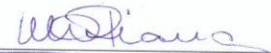
Pesquisadora

Nome: Gabrielle Stéphanly Nascimento Sgarbi

CPF: 401.072.928-74

Endereço: Rua Floriano Peixoto nº 1821, Centro, Franca/SP

Tel: (16) 99139-4245 E-mail: gabriellesgarbi@gmail.com

 (assinatura)

Orientadora da pesquisa

Nome: Maria Cristina Piana

CPF: 050.286.798-19

Endereço: Rua Manoel de Freitas, nº 1270, Vila Totoli, Franca/SP

Tel: (17) 98114-9082 E-mail: crispiana@uol.com.br

ANEXO C: DECLARAÇÃO INSTITUCIONAL PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA



Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
 Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Unesp - Campus de Franca
 Av. Eufrásia Monteiro Petraglia, 900 - Jd. Dr. Antônio Petraglia - CP 211. CEP: 14409-160 - FRANCA - SP
 Telefone: (16) 3706-8723 - Fax: (16) 3706-8724 - E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que o pesquisador (a) Gabriele
Stephany Nascimento Jorali (nome/RG) 495482171,
 está autorizado(a) a realizar pesquisa nesta
 (Instituição/Endereço/Cidade/Estado/CNPJ) Unesp - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Petraglia, Jardim Doutor Antônio Petraglia, 14409160 Franca/SP

Franca, de de 2017.

Maria José de O Lima
 Nome/RG. do Diretor ou responsável pela Instituição

ANEXO D: TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO NESS PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Termo de autorização institucional para realização de pesquisa

Ao responsável pelo Núcleo de Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Serviço Social (NESS) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Eu, Gabrielle Stéphanhy Nascimento Sgarbi, mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Campus Franca, venho solicitar autorização para realizar no NESS, o projeto de pesquisa intitulado "*SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: as condições de trabalho do (a) assistente social supervisor (a) de campo e os rebatimentos na formação profissional do estagiário (a)*", orientado pela Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Piana.

O intuito da pesquisa é compreender e analisar as condições de trabalho do (a) assistente social, enquanto supervisor (a) de campo e seus rebatimentos na formação profissional do estagiário.

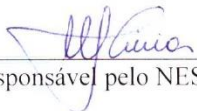
Os sujeitos da pesquisa serão assistentes sociais no exercício da supervisão de campo de estágio, que atuam em uma instituição vinculada ao NESS.

A pesquisa obedecerá à Resolução nº. 466, de 12 de dezembro de 2012, pois a mesma envolverá seres humanos, e todo o trabalho será embasado pelo Código de Ética do Assistente Social, respeitando-se a confidencialidade das informações e anonimato dos sujeitos.


Qualquer informação adicional poderá ser obtida por meio das pesquisadoras Gabrielle (16 99139-4245 gabrisgarbi@hotmail.com) e Prof.^a Dr.^a Maria Cristina (crispiana@uol.com.br). A qualquer momento a instituição poderá solicitar esclarecimentos acerca da pesquisa. Os dados obtidos na pesquisa serão publicados posteriormente.

Autorização Institucional

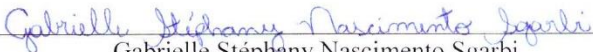
Eu, Maria José de J. Lima, responsável pelo Núcleo de Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Serviço Social, declaro que fui informado (a) acerca da pesquisa supracitada e autorizo a execução da mesma.



Responsável pelo NESS



Prof.ª Dr.ª Maria Cristina Piana
Orientadora e pesquisadora responsável – UNESP



Gabrielle Stéphanie Nascimento Sgarbi
Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social - UNESP